

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 035

PRESIDENTE - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, com a finalidade de discutirmos e tomarmos conhecimento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Esta é mais uma Audiência Pública, requerida pela Deputada Verinha Araújo, com a finalidade de apresentar o Projeto de Lei nº 1.394/03, que trata do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego no Brasil.

Em nome da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, convidamos, para fazer parte da Mesa dos trabalhos: a Deputada Verinha Araújo; o Deputado Federal de Minas Gerais, Reginaldo Lopes, Relator do Programa Nacional do Primeiro Emprego no Congresso Nacional; o Dr. Francisco Vuolo, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Cuiabá; o Sr. Paulo Pereira Jesus Sardinha, membro do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; o Sr. Carlos Caetano, representando a SETEC - Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania; o Sr. Alessandro Leon, membro da Coordenação Política do Ministério do Trabalho; a Sr<sup>a</sup> Rúbia Nara, representante do Conselho Mato-grossense da Juventude; o Sr. Gilberto Gomes Figueiredo, Diretor Regional do SENAI/MT; o Sr. João Ricardo, da Associação Mato-grossense dos Estudantes - AME; e o Sr. Geremias dos Santos, Vice-Presidente da CUT/MT.

Por uma questão de justiça, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa passa a palavra à eminente Deputada Verinha Araújo, requerente desta Audiência Pública no Estado de Mato Grosso, a quem parabenizamos pela sua atuação.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Agradeço, Deputado J. Barreto.

Quero dizer que, na verdade, a idéia de realizarmos esta Audiência Pública hoje tem como primeiro objetivo debatermos o Projeto de Lei nº 1.394/03, do Governo Federal, que foi para a Câmara dos Deputados. Ele já passou pela Câmara dos Deputados e encontra-se no Senado Federal. Nós temos o conteúdo dele. Depois vamos distribuir para os senhores conhecerem o conteúdo do projeto.

Temos aqui o Deputado Federal Reginaldo Lopes, que foi o relator do projeto na Câmara dos Deputados. Posteriormente, vou ler rapidamente o currículo dele.

Temos aqui também o Sr. Alessandro Ponce Leon, que é do Ministério do Trabalho, que vai nos colocar como é que o Ministério do Trabalho está encaminhando esse programa, como é que ele vai acontecer.

E temos aqui também o Sr. Carlos Caetano, que representa a Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Cidadania, que tratará do tema no Estado de Mato Grosso, como é que a Secretaria está levando também essa proposição aqui em Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu gostaria de agradecer carinhosamente ao SENAI pela presença do Diretor Gilberto Gomes Figueiredo, que me enviou o projeto de formação de jovens. Estamos aqui com os jovens do projeto de formação de jovens. Estamos aqui com os jovens do projeto de formação do primeiro emprego. Agradeço a presença de vocês. Vocês também são a nossa razão de aqui estarmos reunidos. Depois o Dr. Gilberto vai expor como é esse programa de formação, como foi a seleção, quantos jovens estão hoje incluídos, como é que vai ser depois, para nós conhecermos também o trabalho que o SENAI está desenvolvendo.

Temos, como componentes da Mesa, o Dr. Francisco Vuolo; a Sr<sup>a</sup> Rúbia Nara, que representa Conselho que está se organizando Conselho Mato-grossense da Juventude, tem a presença de vários partidos; o Sr. João Ricardo, da Associação Mato-grossense dos Estudantes; o Sr. Geremias dos Santos que representa a Central Única dos Trabalhadores; e o Deputado J. Barreto que nos acompanha nesta Audiência Pública. Eu agradeço a presença de todos.

Eu vou ler, rapidamente, o currículo do Deputado Federal Reginaldo Lopes:

“Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, economista com especialização em microcrédito pela Universidade Federal de São João Del Rei, Secretário de Formação Política do PT de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados ele é Presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, membro titular e relator da Comissão Especial do Programa Primeiro Emprego, membro titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano Interiro, membro suplente das Comissões de Fiscalização Financeiro e Controle e Legislação Participativa e da Comissão Especial da Reforma Tributária, também é Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude; e Coordenador da Bancada Jovem da Câmara dos Deputados entre outros.”

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, que irá expor sobre o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens. Esse projeto também acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Com a palavra, o nobre Deputado Federal Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES - Boa-tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado J. Barreto e da Deputada Verinha Araújo, e as demais autoridades presentes.

O Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, o projeto, tem três objetivos. Primeiro, o trabalho formal; segundo, o empreendedorismo; e terceiro, a questão do serviço civil comunitário.

Na questão do trabalho formal, lembro aqui, só para fazer uma introdução, que o projeto não abre mão da qualificação do jovem, ele está vinculado diretamente à questão do trabalho e da educação, à questão da escolaridade. Por quê? Porque nós sabemos que hoje o desemprego juvenil atinge diretamente os jovens mais pobres, o jovem de família de renda *per capita* menor. Hoje, no Brasil, as pessoas que têm uma renda *per capita* familiar e têm um laço familiar maior, retardam a entrada do jovem, cada vez mais, no mundo de trabalho. Os jovens, eu costumo dizer, que hoje entram cedo no mercado de trabalho de forma muito precarizada e de baixa escolaridade, são os que têm a menor remuneração e costumam, depois, quando chegam na segunda idade, em torno de 35 a 40 anos, ficar desempregados. Isso é uma realidade. Eu estava fazendo um debate numa cidade de Minas Gerais, no interior, e alguém me perguntou quando que vai haver o segundo emprego, tendo em vista a realidade econômica do País, a taxa de desemprego. É lógico que também esse Programa Primeiro Emprego não visa resolver toda questão do desemprego juvenil, mas ele quer atender o público onde tem a maior taxa de desempregado, ou seja, que são nas famílias do jovem de renda *per capita* baixa.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

Jovens de 16 a 24 anos com renda *per capita* de meio salário mínimo é um dos critérios que estão colocados para serem atendidos. Soma-se a renda da família. A família é entendida como um núcleo que reside sob o mesmo teto, com laço familiar ou não. A pessoa pode não ter vínculo parentesco, mas se morar sob o mesmo teto, é considerada como integrante do núcleo da família. Esses jovens que, na idade de 16 a 24 anos, não concluíram ainda o ensino fundamental e o ensino médio, eu costumo dizer que eles têm raça: 85% desse público são mulheres e afros-descendentes.

Então, o programa vai atender, nesse primeiro momento, jovens com esse perfil. O jovem não pode participar de um outro programa similar ou congênere, ou seja, participar do programa do Estado e depois participar do programa federal. Há Estados que têm programas de bolsa, de estágio de quatro horas de trabalho. Esse programa federal proíbe a participação, para não ter a superposição de ações voltadas para esse público juvenil.

Quero lembrar aqui que fui autor da emenda que permite que o Ministério do Trabalho e Emprego faça a integração e articule para que todos os programas voltados para atender os jovens, para fornecer a oportunidade do primeiro emprego, possam ser articulados na mesma linha do programa, nos mesmos critérios que foram colocados no programa do Governo Federal, inclusive com recurso do próprio Ministério do Trabalho e Emprego.

Eles não podem ter tido nenhum vínculo empregatício formal anterior. Quatro meses... É o primeiro emprego, ele não pode ter tido nenhum vínculo empregatício anterior. E ele vai ter um contrato por tempo indeterminado, sendo que a empresa tem a obrigatoriedade de permanecer com esse jovem durante doze meses. Mas o contrato, quero lembrar aqui, é por tempo indeterminado. Por quê? Porque o programa não quer criar uma nova modalidade de trabalho, o programa não quer diferenciar o jovem que a empresa recebe com subvenção econômica para contratar dos atuais funcionários da empresa, porque a intenção do programa é que esse jovem, depois de doze meses, permaneça na empresa. Por isso, ele tenta não dificultar, em momento algum, a permanência do jovem nessa empresa, no quadro efetivo da empresa.

O que a empresa vai receber, em contrapartida, por contratar esse jovem? As empresas vão receber uma subvenção econômica. A empresa com faturamento bruto anual, calculado sob o calendário do mês anterior ao da declaração do Imposto de Renda, de até R\$1.200.000,00 receberão seis parcelas de R\$200,00 de dois em dois meses, de forma bimestral, e as empresas com faturamento acima de R\$1.200.000,00 receberão R\$100,00 em seis parcelas bimestrais. As empresas terão de permanecer com o jovem durante doze meses, para também não ter o risco da substituição, chamado efeito da substituição, que seria a questão de trocar seis por meia-dúzia, mandar os atuais funcionários embora para contratar jovens com subvenção econômica. O número de empregados do quadro de pessoal terá um cálculo trinta dias antes, o estoque de empregados da empresa. A partir do momento que essa empresa fizer adesão ao programa tem que permanecer com esse estoque de funcionários na média, igual ou superior aos doze meses. Ou seja, a empresa pode demitir, mas ela tem que manter, em média, o número de funcionários de quando ela iniciou, de quando ela fez adesão ao projeto. As empresas poderão demitir os jovens contratados pelo Programa Primeiro Emprego? Sim. As empresas podem demitir. O jovem terá todos os direitos trabalhistas, inclusive o aviso prévio. Mas para a empresa não ressarcir o cofre público, terá que fazer nova contratação, uma substituição desse jovem. Em um período máximo de trinta dias, ela tem que contratar. Esses são os critérios da modalidade do trabalho formal.

Agora, quanto à questão do empreendedorismo, o FAT já tem uma deliberação que 50% dos cursos de qualificação profissional serão voltados para o jovem dentro desse perfil, de 16 a 24 anos. Neste ano, quem irá solicitar os cursos do FAT serão as Comissões Municipais de Emprego

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

e Renda. Há algum tempo atrás quem indicava a cidade, os cursos, geralmente, eram fundações, ONGs. Os municípios não escolhiam e, muitas vezes, nem eram indagados sobre quais eram as necessidades de qualificações naqueles municípios. Então, os municípios têm que se organizar para que tenham o Conselho Municipal de Emprego e Renda, que é um conselho democrático, paritário, tripartite, onde tem empregador, trabalhador e Governo Municipal. A importância de se constituir esses conselhos é porque eles vão fazer as solicitações desses cursos de qualificação. Além da qualificação, o FAT também irá financiar empresas constituídas por jovens de 16 e 24 anos, nas modalidades de micros e pequenas empresas...

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Deputado, eu só gostaria de pedir licença a Vossa Excelência para convidar o Presidente da Casa, Deputado Riva, autor, no Estado de Mato Grosso, da Lei nº 7.229, que trata do primeiro emprego, para compor a Mesa e assumir a Presidência dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14:50 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua com a palavra, o Deputado Federal Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES - Na questão do empreendedorismo, o FAT aprovou cem milhões para empreendimentos constituídos por jovens, seja no auto-emprego, na microempresa ou no cooperativismo. Tem lá as taxas de juros, o teto máximo de empréstimo por pessoa.

Nós temos o terceiro ponto do Programa Primeiro Emprego que é o serviço civil voluntário, o trabalho comunitário. O Governo vai fornecer um auxílio financeiro de seis parcelas de R\$150,00 para os jovens. Além do perfil de 16 a 24 anos e renda familiar, serão atendidos jovens egressos do sistema penitenciário, jovens que cumprem medidas socioeducativas e, depois, onde se concentra a maior parte do desemprego juvenil, volto a repetir, as mulheres e os negros.

Como será administrado esse trabalho comunitário? Terá que se constituir consórcios. Quem pode constituir consórcios? ONGs, Governo, Estado, Prefeituras, empresários locais, associações de bairro. Tem que constituir consórcio para apresentar um projeto de trabalho comunitário para esses jovens.

Nós pensamos em priorizar o jovem egresso do recinto penitenciário no Programa Primeiro Emprego, mas, devido a algumas experiências, que não foram bem sucedidas, nós optamos por passá-lo, primeiramente, para um curso de qualificação, para um trabalho comunitário. Na verdade, nós estamos tratando o trabalho comunitário, o curso de qualificação, como uma preparação desse jovem para entrar no mercado de trabalho, para se inserir no Programa Primeiro Emprego, tendo em vista experiências anteriores não terem sido bem sucedidas.

Eu acho que no geral eram esses os critérios dos jovens, os objetivos do programa. Agora, eu quero dizer que é um programa que foi muito bem elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que ele quer impedir fraude. Por exemplo, nós colocamos lá emendas para se divulgar trimestralmente pela *Internet* a lista dos jovens contratados e inscritos no Programa Primeiro Emprego. De seis em seis meses, o Ministério do Trabalho e Emprego vai encaminhar para todas as Comissões no Congresso e colocar à disposição na *Internet* a estatística do programa. O que seria isso? São os dados, número de jovens, idade, gênero, raça, a que Estado pertence, que região, para depois estarmos fazendo alguns ajustes.

O programa, ao mesmo tempo em que buscou essa transparência, também não colocou grandes entraves para impedir a adesão do empresário. Eu quero aqui dizer que se trata de sensibilizar também os empresários, principalmente os recursos humanos das empresas, para não ter preconceito contra esse público, que, na grande verdade, não se contrata jovem nesse perfil, porque

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

muitas vezes tem preconceito, principalmente em se tratando dos negros. A intenção é abrir esse debate, esse diálogo, e sensibilizar, por isso tem essa subvenção econômica. Quer dizer que, mesmo entendendo que esse programa não resolve o problema do desemprego juvenil, mas, independentemente, se a nossa economia estivesse em pleno crescimento, eu defendo e sou defensor que para se inserir um jovem no mercado de trabalho deve ter a proteção do Estado. O Estado brasileiro deve assumir a entrada dos jovens no mercado de trabalho, devido àquelas razões lá no início que falei.

Hoje, os jovens que trabalham são jovens de família de baixa renda. Na verdade, o melhor trabalho para o jovem tem que ser a educação. O Estado brasileiro tem que dar garantia à juventude brasileira, direito e acesso para pelo menos ter o segundo grau completo, o ensino médio.

Hoje, no Brasil, 70% da juventude brasileira está fora do ensino médio. Setenta por cento, na idade de matrícula. Se formos discutir o ingresso desses jovens na universidade, é outro debate longo, em que temos que discutir também como democratizar as nossas universidades. Por que falo isso? Porque os jovens de renda familiar, cada vez mais, retardam a entrada do seu filho ao mercado de trabalho para se inserir qualificado em uma das melhores remunerações. É por isso que o objetivo desse programa está muito bem colocado, é trabalho formal por tempo indeterminado. Eu estava conversando com o secretário e há o entendimento entre as 178 mil empresas entrevistadas, pelo Ministério de Trabalho e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDS, de que experiência é o carimbo na carteira, tanto faz ser empresa pequena, micro ou de grande porte. O carimbo na carteira é o entendimento sobre a experiência para se contratar.

Então, o programa, quer romper com este círculo vicioso, não tem a primeira experiência, não tem a primeira oportunidade. Então, é por isso que o programa também reafirma o trabalho formal e, ao mesmo tempo, ele tem o prazo mínimo de doze meses. Por quê? Porque doze meses também os empresários compreendem como experiência anterior.

Então, esses pontos são fundamentais no Programa do Primeiro Emprego do Governo Federal, doze meses, carimbo na carteira e aval da escola. Eu não falei que no início o jovem tem que estar matriculado no ensino fundamental ou no ensino médio, mas ele tem noventa dias para comprovar essa matrícula.

Então, os 4,2 milhões de jovens que se encontram hoje na inatividade, que são jovens de 16 a 24 anos, que não estudam e não procuram emprego, que já perderam a ilusão, eles podem se credenciar e noventa dias depois comprovar a matrícula, ou então, participar da educação de jovens e adultos, como está previsto na LDB. Nós também sabemos da realidade do jovem que tem mais de vinte anos e que ainda está na quinta, sexta série. É pouco provável que ele volte para uma escola regular, mesmo porque a grande maioria dos jovens, 35% abandonam a escola porque a escola não representa os seus desejos imediatos. Ou seja, nós temos que fazer um outro debate sobre a gestão democrática da escola, sobre a pedagogia da participação, um outro debate mais profundo ainda.

Então, são essas as contribuições. Eu acredito que o Governo Federal consolidou a juventude com esse Programa Primeiro Emprego, consolidou a juventude como um segmento da sociedade, que é passiva das políticas públicas, porque até então a sociedade brasileira não compreendia o jovem como segmento da sociedade, que necessita de oportunidade, de políticas, ou seja, é o grande desafio da juventude brasileira, de todos que militamos nessa área. Nós temos que conscientizar não só os governos, o empresário e a sociedade, mas o próprio jovem de que ele é um sujeito de direito, que o primeiro emprego é um direito dele. É direito dele ter uma primeira chance para entrar no mercado, de concluir o 2º grau, de ter acesso a universidade, exercer a sua

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

sexualidade, de ter acesso à cultura, ao lazer, ao teatro. Esses são debates que têm que ser feitos sob a lógica do direito.

Hoje, o Brasil começa a discutir políticas para a juventude, mas discutem sob a lógica do jovem problema. Discutem o seguinte: Eu faço isso, para você não fazer aquilo. Ou seja, o jovem ficou entre o bem e o mal. E não é verdade!

Nós estamos criando a política do primeiro emprego para o jovem, porque ele é um sujeito de direito. O Estado tem que assumir essa responsabilidade. Não é para que ele não participe do crime organizado, narcotráfico, porque é lógico que quem não tem nenhuma oportunidade, todo aquele que fica à margem da sociedade, para virar marginal é um passo. É lógico que quem fica ausente das oportunidades podem, sim, cair na criminalidade. Mas eu lembro a vocês que o País tem 34 milhões de jovens. A ausência da política pública no País, se fosse justificada, porque nós temos que contrapor o crime, o Brasil estaria vivendo uma plena guerra civil. Então, nós temos que entender que o jovem é segmento da sociedade. E, por isso, o Estado tem que criar as oportunidades. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Queremos agradecer a participação do Deputado Reginaldo Lopes, Relator do Projeto de Lei nº 1.3943/03, que é o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Convido o Deputado Wagner Ramos para fazer parte da Mesa.

Esta Presidência agradece a participação de todos.

Eu comentava aqui com a Deputada Verinha Araújo, Deputado Reginaldo Lopes, que essa é uma das lutas da juventude brasileira, e já fizemos algumas mobilizações em épocas anteriores, inclusive um seminário, mas a sociedade precisa participar dela.

O Governo Lula em boa hora traz à tona essa discussão, criando na Câmara Federal, no Congresso Nacional, esse projeto que, sem dúvida nenhuma, vai atender aos anseios, pelo menos, em parte, vai minimizar a situação do desemprego juvenil, mas é preciso que haja uma pressão. É preciso que haja a participação da sociedade. Eu vim para esta Audiência Pública, convocada em boa hora pela Deputada Verinha Araújo, na expectativa de que aqui estivessem mil jovens, porque sem dúvida nenhuma é uma das lutas que a juventude tem que abraçar. Nós vamos conclamar a participação da juventude. A partir de agora, Deputada Verinha Araújo, inclusive que ela participe mais, até porque é uma bandeira que ela empunhou. Eu vejo aqui o Serginho e tantos outros jovens. É uma discussão necessária e que o Presidente Lula já em campanha se sensibilizou. Importante, porque cabe a vocês agora participar dessa discussão para ver implementado esse sonho de todos nós.

Dando seqüência à Audiência Pública, com a palavra, o Sr. Carlos Caetano, representando a SETEC - Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania.

Antes do Sr. Carlos Caetano usar da palavra, eu gostaria de agradecer a presença da Sr<sup>a</sup> Silvana Maria de Holanda, Gerente do SENAI; do Sr. Vilson Aguiar, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko; dos alunos do SENAI, de Várzea Grande, que muito nos honra; do Sr. Wilmar do Carmo, representando o Conselheiro Valter Albano; do Sr. Emídio de Souza, Presidente do Bairro Novo Paraíso; do Sr. José Marcondes Muvuca, representante do Conselho Mato-grossense da Juventude; do Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum da Defesa da Criança e do Adolescente; do Sr. Miguel Rodrigues Neto, Presidente Estadual da União da Juventude Socialista; da Sr<sup>a</sup> Aidé Fátima de Campos Caetano, membro da Secretaria de Estado de Educação; do Sr. Hilário Tavares, do PPS; da Sr<sup>a</sup> Dalva Medeiros, do MST; do Sr. Kalil Mansur, do PPS; do Sr. Rafael da Silva Melo, da Associação do Grêmio Estudantil de Mato Grosso - AGEMAT; do Sr. Edmilson Pereira da Silva, da Pastoral da Juventude; do Sr. Geremias dos Santos, Vice-Presidente

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

da CUT/MT; do Sr. Nelson Borges, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Paulo Sardinha, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação; da Sr<sup>a</sup> Sílvia de Melo, Vice-Presidente do PT, em Cuiabá; do Sr. Udson Benedito da Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos; do Sr. Paulo Sérgio Xavier, Secretário-Geral do Diretório do PT, em Cuiabá; da Sr<sup>a</sup> Patrícia Nogueira, representante da União Estadual de Estudantes; do Sr. Régis de Oliveira, Presidente Municipal da Juventude e do PV; do Sr. Ildefonso Nilo da Silva Neto, da Diretoria Técnica do Bem-Estar Social; e do Sr. Virgílio, Tesoureiro do PMDB, de Cuiabá.

Convidamos, para compor a Mesa, o nobre Deputado Alencar Soares (PAUSA). O Deputado Alencar Soares nos informa que tem uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça, e não poderá fazer parte da Mesa.

Portanto, com a palavra, o Sr. Carlos Caetano, representando a SETEC.

O SR. CARLOS CAETANO - Boa-tarde a todos e a todas!

Boa-tarde ao Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, à Deputada Verinha Araújo e ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, e a todos os nossos companheiros da Mesa.

Nós vimos a convite da Deputada Verinha Araújo para falarmos um pouco dos nossos programas geradores de trabalho e falarmos um pouco sobre o nosso Programa Primeiro Emprego estadual. O Deputado Riva é um dos fomentadores dessa idéia. O Governador Blairo Maggi, neste ano, em 1º de julho, sancionou a lei que reestrutura o nosso Programa Primeiro Emprego.

Nós ainda não estamos implementando o Programa Primeiro Emprego estadual, porque estávamos esperando a aprovação do programa federal. O programa foi aprovado no dia 14 de agosto passado, é isso, não é, Deputado? Foi aprovado em plenário. Nós agora estamos aguardando a implementação do programa federal, para que nós possamos, então, estar trabalhando em conjunto, em paralelo com o nosso programa estadual.

O nosso programa estadual tem alguns diferenciais do programa federal, mas ele tem basicamente a mesma estrutura, ao privilegiar os jovens de 16 a 24 anos, também nas mesmas situações que o Governo Federal implementa. Além disso, um dos diferenciais que nós temos do Programa Primeiro Emprego federal é que ao invés de trabalharmos com a empresa durante um ano, nós trabalhamos com contrato de seis meses. Com relação a valores, o Governo do Estado subsidia o valor referente a meio salário comercial, que hoje corresponde a 145 reais, durante esses seis meses. Também um diferencial com relação ao programa federal seria a questão da escolaridade, nós não fazemos distinção do 1º ou do 2º, ou seja, o aluno pode estar formado ou não no segundo grau, que ele tem o direito a participar do Programa Primeiro Emprego. Já no Governo Federal, não pode ter terminado o segundo grau, é preferencialmente para aqueles jovens que estejam ainda cursando, estes têm prioridade.

Enquanto Governo, entendemos que o jovem quando termina o segundo grau tem uma expectativa de trabalho, tem dentro dele o desejo de trabalhar, de contribuir, de ter o seu rendimento no final do mês e, conseqüentemente, conseguir caminhar sozinho. Com relação a isso nós pensamos em trabalhar também com o jovem quando ele termina o 2º grau. Então, nós temos ao alcance do jovem do básico até o 3º grau. Isso é um ponto diferencial. Agora, nós ainda não colocamos em prática o nosso programa como eu já citei, porque é necessário que primeiro visualizemos a implementação do programa do Governo Federal.

Na reunião, em Brasília, que nós tivemos existe, o Deputado pode até nos confirmar, a perspectiva que até em outubro se comece a operacionalização desse programa. Inicialmente o programa deve ser lançado nas capitais e metrópoles. No caso, nós teremos Cuiabá,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

onde nós temos o posto do SINE. Ele será lançado inicialmente nas capitais. Ele tem cinco fases e a primeira fase é exatamente essa, o lançamento nas capitais. Quando do lançamento do programa federal, o Governo Estadual estará acompanhando todos os passos para que então nós possamos implementar o nosso programa estadual. Nós precisamos primeiro sentir a receptividade dos empresários, nós já estamos trabalhando nesse sentido, estamos fazendo reuniões com os empresários, sensibilizando, para que eles possam participar desse programa, já que nós sabemos a grande deficiência que é o nosso Estado, não só o nosso Estado, mas em nível nacional, a geração de emprego para os jovens. Nós consideramos, o Governo Blairo Maggi considera o jovem como um alavancador do nosso Estado e não poderíamos, então, deixar esses jovens à mercê de situações. O Governo Federal, por seu lado também, considera o jovem como prioridade para a formação do futuro da nossa nação. Sendo assim, nós ainda estamos aguardando, como eu já citei, a implementação do Governo Federal.

Além desse Programa Primeiro Emprego estadual, o Governo Estadual também tem lançado, tem criado outras ações, outras políticas, para que o jovem também possa ser inserido. O Gilberto daqui a pouco vai poder explicar para os senhores a respeito do projeto para geração de emprego que nós temos em parceria com o SENAI, em que o SENAI faz a formação e a SETEC se responsabiliza pela colocação desses jovens. Além disso, nós temos outros trabalhos que estão sendo desenvolvidos para que o jovem possa estar sendo colocado no mercado de trabalho. Nós temos o curso Capacitando para Multiplicar, que está sendo desenvolvido em parceria com FURNAS e Universidade Federal de Mato Grosso, para formação de bombeiros hidráulicos e eletricitistas residenciais. Isso também pensando num mercado de trabalho existente, porque nós também trabalhamos com a linha de associativismo. No final do curso a idéia é formar associações para que esses jovens possam adentrar ao mercado de trabalho.

Uma outra área de atuação também na geração de emprego e renda nós temos o microcrédito estadual, que está sendo implementado. Ele deve estar saindo em nível de operacionalização a partir de outubro. Ele vai ser desenvolvido neste primeiro momento em dez municípios do Estado, onde foram feitos os estudos e onde nós sentimos a maior necessidade. O Governador trabalhou em cima disso, já foi lançado o programa e ele vai ser profissionalizado em outubro, ele vai fomentar o desenvolvimento de pequenos empreendedores, nós estaremos possibilitando o empréstimo de até R\$1.000,00 para cada tomador, com juro zero - isso é muito importante que seja trabalhado. O trabalhador, o empreendedor que tomar esse empréstimo não vai sofrer a carga de juros, mas ele será penalizado a partir do momento em que ele atrasar a mensalidade. Então, se ele manter o pagamento em dia, ele não paga juro.

Isso é uma idéia, nós pensamos nessa questão do empreendedor. Muitas vezes ele não tem a possibilidade, ele tem muito desejo, ele sabe fazer um bom produto, mas ele não tem como colocar isso para ser vendido. E esses valores que serão disponibilizados pelo microcrédito, até o valor limite de R\$1.000,00, poderão sim possibilitar a entrada, seja do jovem, seja de outras classes que estarão disponíveis para adentrarem.

Um outro trabalho que está sendo realizado, também pela Secretaria, nós estamos fazendo a qualificação, como é do conhecimento de todos. Nesse ano houve a alteração do antigo Qualificar, que passou a ser PNQ - Plano Nacional de Qualificação. Nós estamos dando bastante ênfase à qualificação dos jovens, trabalhando de uma forma mais voltada à formação desses jovens e associando a isso o nosso programa de associativismo e cooperativismo para os jovens.

Nós estamos tentando fomentar com os próprios jovens, com os próprios estudantes, dentro dos municípios, para que nós consigamos trabalhar a formação dessas associações, para que os jovens consigam identificar o campo de trabalho, o campo de atuação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O Governo do Estado estará qualificando e fortalecendo para que ele comece o seu pequeno negócio. Assim como a Resolução nº 339, do CODEFAT, trata do microempreendedor, como o Deputado já falou, que também está sendo disponibilizado pelo Governo Federal, o Governo do Estado está pensando nisso para que o jovem tenha um espaço maior e tenha uma disponibilidade creditícia, com a possibilidade de iniciar o seu próprio negócio. Nós sabemos que a força jovem no Brasil é muito grande. Nós sabemos que todos eles são despejados no mercado de trabalho, tanto em nível de 2º grau como de 3º grau, nessa idade de 16 a 24 anos e nós não temos capacidade de absorvê-los. Então, qual é a saída? Fomentar a criação de outros trabalhos, a partir do próprio jovem, fazendo com que ele mesmo comece seu próprio negócio. A partir do momento que ele detém um conhecimento, que tem a possibilidade de colocar isso para fora, cabe ao Estado fomentar esse trabalho.

De outro lado também, o Governo do Estado tem a intenção de fortalecer, juntamente com o Governo Federal. Nós temos um trabalho no SINE, que é o de captação e intermediação de mão-de-obra. Nós estamos fazendo um trabalho mais forte, direcionado a essa questão do jovem. Ainda nessa semana, nós receberemos representantes do Ministério do Trabalho e faremos uma capacitação para os colaboradores do SINE, visando a um maior fortalecimento, principalmente da questão de banco de dados e de perfis dos jovens e das empresas que poderão receber esses jovens no momento da sua formação, da sua qualificação.

Então, essas são algumas das ações da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania que tínhamos para colocar aos senhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o membro da Coordenação Política do Ministério do Trabalho, Sr. Alessandro Ponce Leon.

O SR. ALESSANDRO PONCE LEON - Boa-tarde, Deputado Riva, Deputada Verinha Araújo.

Em nome do Ministro, agradeço o convite e a oportunidade de esclarecer um pouco mais sobre o Programa Primeiro Emprego.

Eu quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, que, brilhantemente, foi o relator desse projeto de lei que, em breve, se transformará em lei.

Companheiros e amigos da militância relacionada à juventude:

Eu vou tentar ser sucinto para explicar o Programa Primeiro Emprego, que, como vimos, é difícil de ser explicado.

Antes de explicar o Programa Primeiro Emprego, nós temos que mostrar um quadro de como está a questão da juventude brasileira.

Como o Deputado colocou, hoje, há 34 milhões de jovens, pelo censo do IBGE de 2001, no Brasil, de 15 a 24 anos. Desses, 7 milhões são miseráveis, quer dizer, vivem com menos de R\$61,00 *per capita*, e 10 milhões são pobres, vivem com meio salário mínimo. 80% dos empregos juvenis estão na faixa de zero a dois salários mínimos. A taxa de desemprego da população adulta está em 9%. A taxa de desemprego do jovem está em 18%, 17,8%. Se nós pegarmos as mulheres jovens, temos 22% de desemprego; se nós pegarmos os negros jovens, temos 23% de desemprego. Esses dados, por si só, seriam suficientemente fortes, para que tivéssemos uma política afirmativa de emprego neste País. No entanto, eles são agravados, porque hoje nós vivemos com a maior geração da história deste País, em números absolutos. Entre os anos de 2000 a 2005, nós vamos conviver com a chamada onda jovem. Essa onda jovem coloca no mercado de trabalho de um milhão e trezentos a um milhão e setecentos mil jovens todo ano. Isso quer dizer que só para o Brasil incorporar esses jovens no mercado de trabalho, precisaria crescer 5,5% ao ano. Se o Brasil está

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

crescendo 2%, 3%, quer dizer que uma grande parte desse contingente está sendo colocado fora do mercado de trabalho, na ociosidade, no desalento e, muitas vezes, na criminalidade.

Dados sobre a questão da violência, por exemplo, deixam-nos bastante alarmados. Nós levantamos e vimos que a média de adultos mortos por homicídios equivale a 27, 28, por 100 mil pessoas mortas. Relacionado à juventude, esse dado vai para 48% por 100 mil. Quer dizer, o dobro. Se nós vamos para as grandes regiões metropolitanas do País, mais focalizadamente Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Vitória, nós temos um contingente de 100 a 230 mortes por homicídio por 100 mil.

Para vocês terem uma idéia do comparativo internacional, na Colômbia, matam-se 100 por 100 mil. Em Recife, estão matando 230 por 100 mil. O que está havendo nos rincões e nas periferias das grandes cidades é uma verdadeira revolução muda, porque quando o orçamento é curto, quando o cobertor é curto, nós temos uma bancada ruralista para defender os ruralistas, nós temos uma bancada financista para defender o sistema financeiro. Quem é da bancada da juventude? Quem defende a juventude?

O Presidente colocou aqui, com bastante propriedade, que os jovens têm que participar. Por isso, o Governo Federal, por orientação do Presidente Lula, colocou que deveremos ter uma prioridade, e a prioridade é o emprego juvenil e a ocupação juvenil. Para isso, o Ministério fez um programa - eu não vou repetir e o Reginaldo colocou com todos os detalhes - que eu vou falar só das grandes linhas. Dentro da questão de geração de postos de trabalho, estamos dando R\$200,00 por seis meses para empresas de até um milhão e duzentos mil de faturamento, para contratarem jovens durante o período de um ano, jovens de baixa renda, de baixa escolaridade...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ALESSANDRO PONCE LEON - Seis parcelas bimestrais de R\$200,00. A porta de entrada é o SINE, tanto para o jovem quanto para a empresa. A empresa inscreve-se no SINE e, como o Reginaldo colocou, de forma transparente, faz o seu cadastro. A empresa tem que manter o estoque de empregados, quer dizer, não pode demitir acima da média. Resumindo, o Presidente Lula orientou o Ministério a criar um sistema que empregasse o jovem e não desempregasse o adulto, que é um efeito que normalmente acontece, emprega-se o jovem e desemprega-se o chefe de família. Para fugir disso, nós criamos uma engenhoca, que o Reginaldo aprimorou, para que a empresa que demitir o chefe de família ou que demitir o jovem à revelia da lei, devolva esse recurso.

Uma outra caixinha, dentro da geração de emprego, é a responsabilidade social. As grandes empresas brasileiras, as multinacionais já vão contratar com certificado quase 10 mil jovens com essa faixa etária, com esse perfil. Por outro lado, nós temos o empreendedorismo. Eu tive aqui uma surpresa grata ao ver o Governo do Estado fazer crédito para jovens de uma forma bastante contundente, com juro zero, isso aí é surpreendente e é bom. Nós vamos tentar mostrar por que é bom esse processo.

O Governo Federal percebeu que o maior problema do jovem para a questão de abrir novos negócios é, primeiro, ele ter a qualificação adequada para o seu plano de negócio; segundo, ele ter fiador, o fundo de aval. Para isso o Governo Federal tem dois modelos específicos, que têm fundo de aval para jovens de 16 a 24 anos, que têm capacidade de tomar empréstimo.

Então, o jovem pode pegar esse empréstimo. Para cooperativas, até 100 mil reais; para auto-emprego, até 10 mil reais; e para a pequena e média empresa, até 50 mil reais. Isso daí é bastante interessante, porque vai gerar não só a oportunidade para esse jovem, que muitos consideram problema, como também para aquele que é a solução para os problemas deste País.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Por outro lado, tem aquele jovem que é excluído, que nem chega ao SINE, aquele jovem que faz parte dos sete milhões de miseráveis. Esse jovem, nós estamos atacando de duas formas: uma, pegando serviço civil voluntário, para dez mil jovens; a segunda, criando uma rubrica de trabalho comunitário, para os próximos seis meses. Do final deste ano, se eu não me engano, até agosto do ano que vem, serão mais de 40 mil contratados na preparação para o primeiro emprego, na qualificação, que é uma bolsa de R\$150,00, para esse jovem voltar a se preparar e prestar serviço comunitário.

Por último, a vertente das conferências, que é a construção da política nacional de trabalho desce para a juventude. Por que as conferências são importantes? Primeiro, para gerar esse caldo de cultura, esses laços específicos, que os acadêmicos chamam de capital social, mas que basicamente nós podemos entender como rede de pressão, quer dizer, quem é que defende o jovem. Então, vamos organizar a juventude, para ela poder se defender. Agora, para organizar, não basta falar: “venham, meninos”. Organizar é dar qualificação para a participação, organizando as condições para a participação, organizando a informação para a participação, formar essa demanda e organizar essa demanda, para que ela possa pressionar em todos os níveis de Governo.

Na realidade, o Programa Primeiro Emprego não é a panacéia. Ele não resolve todos os males da sociedade, no entanto nós estamos chamando a atenção para que se todos os níveis de Governo, a sociedade, a juventude, o empresariado não entrem e não ajudem a construir um grande pacto pela ocupação juvenil, não teremos como segurar a bomba-relógio que já foi acionada.

Para vocês terem idéia, 68% das prisões nos últimos anos foram de jovens até 25 anos. Alguém aqui tem idéia de quanto custa um menino na FEBEM? Aqui é FEBEM o nome? Bom, a média Brasil de custo mês de cada jovem infrator é em torno de 4 mil mensais. Isso é média. O custo varia entre três a seis mil. Então, nós estamos falando o seguinte: vale mais termos um programa de bolsas para essa população mais excluída se qualificar, para voltar ao mercado de trabalho, do que pagar aos caras para estudarem na universidade do crime. Pelo menos, era assim nas grandes cidades. Especificamente, ao deparar com esse quadro, nós começamos a trabalhar no Ministério, em fevereiro, com o Programa Primeiro Emprego. E a nossa surpresa é que as resistências foram enormes de setores corporativos de empresariado e de sindicatos, porque julgavam que iam tirar o emprego do chefe de família.

O Presidente Lula deu numa orientação clara para que essas barreiras fossem vencidas. Nós conseguimos contribuir com o programa, que, se não é o ideal, certamente é um grande passo e o primeiro grande programa voltado à juventude deste País, depois de oito anos de luta, para se ter uma política específica nessa direção.

O Deputado Reginaldo Lopes colocou com bastante veemência essa questão de tratar o jovem como sujeito de direito, de política. Esse é o primeiro passo que esse processo dará. Para gerar essa sinergia, esse pacto social em prol da juventude, a juventude vai participar das conferências, são cinco conferências regionais de trabalho decente para a juventude e uma nacional. O objetivo é adaptar o programa às realidades regionais, fazer o diagnóstico da juventude da região e, o mais importante que eu considero, convocar essa massa pensante para ajudar nesse processo de construção brasileira. Nós não podemos sufocar a juventude, não só a juventude problema, mas esse jovem solução que quer ajudar e muitas vezes não tem condição de ajudar. Para que as conferências vão ser importantes? Vão ser importantes, além de readaptar esse programa, porque a idéia de ter conferências nos Estados, nos Municípios, é para que o jovem comece a perceber novos mercados que se abrem. Eu vou citar alguns exemplos que podem servir de ilustração. Já estou concluindo. Se tiver um debate, eu acharia até bom.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

Basicamente, existem hoje 7 milhões de desempregados, 3,4 milhões são jovens, quase 44%, mais ou menos, dos desempregados. Com um programa como o Primeiro Emprego nacional, somado aos estaduais e municipais, nós consideramos que vamos conseguir, em menos de um ano, a contratação de pelo menos 400 mil jovens nas diversas modalidades. Se nós percebermos esses jovens como consumo, se multiplicarmos o salário mínimo, vamos colocar duzentos reais vezes quatrocentos mil, nós teremos um mercado de bilhões ou milhões, com um consumo diferenciado. Por exemplo, em São Paulo, existe a questão do *hip hop*, do *skate*, que é o segundo esporte mais praticado no Estado, e do *surf* no Brasil. São nichos específicos que as pessoas desconsideram como nichos de mercado. Só que a *Quick Silver*, que é uma marca de *surf*, é a segunda empresa que mais vende no mundo. O *skate* brasileiro vende em quase todo lugar do mundo e é o segundo esporte mais praticado em São Paulo. O *hip hop*, Racionais Mc, que muitos consideram subcultura, vende um milhão e meio de cópias.

Então, se nós temos aí um mercado de 500 milhões de reais, de um bilhão de reais, nós temos um mercado de consumo diferenciado, que vai consumir *hip hop*, *surf*, brega, sertanejo, axé *music*, entretenimento. É aí que o empresariado jovem, que é a juventude, pode aproveitar dessa oportunidade, que tem um diferencial específico. Quem vai fazer roupa do *hip hop*? É a juventude. Quem vai fazer roupa *surfwear*? É a juventude. Quem vai poder dar o melhor entretenimento com baile de *funk*, etc, etc? É a juventude. Então, tem que perceber esses novos nichos e esses novos nichos só vão ser entendidos quando a juventude for chamada para o diálogo e for entendida como parceira nesse processo de construção. Eu fico por aqui, abertos para o debate e agradecendo o convite, Deputada Verinha Araújo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Queremos agradecer a participação do Sr. Alessandro Leon, membro da Coordenação Política do Ministério do Trabalho.

Queremos registrar e agradecer a presença do Vereador Dominginhos, do PT, de Cuiabá, a quem convido para compor a Mesa.

Queremos registrar e agradecer também a presença da Vereadora Vilma Moreira, do Município de Rondonópolis; da Sr<sup>a</sup> Selma Maria Silveira, do SINTEP, subsede de Cuiabá; da Sr<sup>a</sup> Helena Maria, também da subsede de Cuiabá.

Convidamos, representando as mulheres, a Vereadora Vilma Moreira, para compor a Mesa.

Eu gostaria, só a título de informação... Vocês receberam o material. Todos receberam. Vocês vão notar que essa luta em Mato Grosso começou em 1998, quando nós apresentamos o primeiro projeto de lei, criando o Primeiro Emprego em nível de Estado. Foi transformado em lei em 1999 e agora mais recentemente, revogado em função da lei estadual nº 7.916, apresentada pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania. Quer dizer, essa já é uma luta antiga em Mato Grosso, que vem agora ser debatida em nível federal.

A Deputada Verinha Araújo tem dito que não basta a União e o Estado terem boa vontade, é preciso também os municípios se inserirem nessa discussão. Nós que fomos prefeito ainda muito jovem, eu fui prefeito aos 22 anos de idade, eu tenho cobrado que os municípios têm que parar com essa administração feijão com arroz e começar a se inserir nesses grandes programas, criando também condições do primeiro emprego, programa de geração de emprego, cito até alguns exemplos em Mato Grosso, municípios pobres, como Dom Aquino, por exemplo, que o prefeito criou o programa de geração de emprego e gerou muitos empregos. Então, é importante nós estarmos fazendo essa discussão nos três níveis, conforme citou o Alessandro.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Com a palavra, o Diretor Regional do SENAI em Mato Grosso, Sr. Gilberto Gomes Figueiredo.

O SR. GILBERTO GOMES FIGUEIREDO - Exmº Sr. Deputado Riva, Presidente desta Casa; Deputada Verinha, proponente desta Audiência Pública, que nos convidou para estar aqui; Deputado Federal Reginaldo Lopes, Relator do Projeto de Lei nº 1.394; Srs. Deputados presentes; Srs. Vereadores; demais autoridades; colaboradores do SENAI; jovens; alunos do pré-emprego, responsáveis pelos nossos melhores momentos:

Eu quero aproveitar este espaço para tratar um pouco de uma vertente dessa lei, já no seu art. 1º, que diz que ela objetiva especialmente promover criação de postos de trabalho para jovens, prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas. No seu segundo item, ela diz a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

A nossa instituição sexagenária que é o SENAI no Brasil, que já contribuiu na formação de mais de 34 milhões de brasileiros e um Presidente, não poderia deixar de aqui comparecer para manifestar sua experiência e suas iniciativas nesse campo, principalmente voltada à qualificação profissional. Com relação a esse item, eu quero dizer que a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, através do SENAI, lançou, recentemente, o Projeto Pré-emprego objetivando, no mínimo, dotar de pequena experiência prévia os jovens candidatos ao primeiro emprego, considerando alguns fatores e algumas condicionantes.

Em primeiro lugar, sempre que eles entram no mundo do trabalho para disputar uma vaga, a eles é perguntado se possuem experiência anterior. É uma pergunta absurda porque logicamente se ele é candidato ao primeiro emprego, ele não tem experiência anterior.

Em segundo lugar, na sua grande maioria, vários deles passaram por curso de qualificação, com recursos do FAT, nos mais diversos programas, batizados de inúmeras formas por este País, e em nosso Estado, Qualificar, cujo conteúdos programáticos e cargas horárias faziam de conta que ensinavam e alunos que ludibriados faziam de conta que aprendiam. Cursos com trinta, quarenta, sessenta horas/aula, que pouco tinham a contribuir, principalmente naquilo que o objetivavam, que era capacitá-lo de forma a conquistar um emprego, até mesmo promover alguma aquisição de renda. Nesse sentido, o SENAI se distanciou desses programas porque discordava, frontalmente, de sua concepção. Nós acreditamos que cursos de artesanato em durepox pouco pode contribuir para abertura de novas vagas no mercado de trabalho e antecipamos, até mesmo ao programa do Governo Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, com o projeto que denominamos Projeto Pré-emprego. Esse projeto, em síntese, estudou um conteúdo programático de inicialmente cento e setenta horas e agora já está reformulado para duzentas horas, cujo núcleo comum pretende tratar de competências básicas para o primeiro emprego, envolvendo conteúdos como relações humanas, construção de uma identidade profissional, ética e cidadania, liderança e trabalho em equipe, noções de empreendedorismo, noções de saúde e qualidade de vida, noções básicas de educação ambiental, noções de direitos trabalhistas, informática básica, noções básicas de segurança no trabalho, noções de *telemarketing*, atendimento ao público, entre outras. Nesse contexto, esses jovens estão conosco há aproximadamente dois meses. Tivemos um conteúdo desenvolvido, material didático desenvolvido especialmente para esse projeto. O SENAI, com iniciativa própria e recurso próprio, está investindo aproximadamente um milhão de reais na formação de 500 jovens gratuitamente.

Essa divulgação foi realizada em nossa Capital. Tivemos infelizmente, e eu digo infelizmente porque nós gostaríamos que não tivesse aprovado nenhum inscrito, porque significaria que estavam todos inseridos no mercado de trabalho, ao disponibilizar 500 vagas, a visita de dez mil e duzentos jovens em dois dias de inscrições abertas. Isso gerou uma repercussão nacional,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

merecendo destaque de capa na *Folha de São Paulo*, no *Jornal Nacional*, no *Jornal Hoje*, e em uma série de outros periódicos de nosso País. Essa iniciativa também mereceu um convite especial do Presidente da República para que fôssemos a Brasília para a ocasião do Programa Primeiro Emprego.

Não satisfeitos com essa iniciativa e sabendo que apenas quinhentos jovens estavam sendo contemplados nesse nosso projeto, portanto, apenas os inscritos, restando aí nove mil e setecentos jovens a serem atendidos... Isso foi feito apenas em Cuiabá e Várzea Grande, é bom que se diga, porque o resto do Estado não foi nem contemplado nessa inscrição. Acredito que chegaríamos a mais de cem mil jovens inscritos, em busca de qualificação para o primeiro emprego. Não é nenhuma vaga para trabalhar, é para se qualificar para o primeiro emprego.

Nós peregrinamos em Brasília nos mais diversos órgãos: na OIT, no SEBRAE, no Ministério do Trabalho e em uma série de outros, tentando alavancar recursos e parceiros, no sentido de propiciarmos uma qualificação melhor.

Nesse sentido, encaminhamos ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania um projeto que propõe a qualificação dos cinco mil e quatrocentos jovens em dezenove cursos diferentes, alinhados às cadeias produtivas de nosso Estado, e que nós entendemos com maior perspectiva de sucesso no momento de colocação no mercado de trabalho. Através do Departamento Nacional do SENAI, encaminhamos ao Ministério do Trabalho também proposição similar.

Vale ressaltar que esse projeto, Deputada Verinha Araújo e Deputado Riva, está sendo apreciado pelo Ministério do Trabalho como iniciativa promissora e como iniciativa provavelmente a ser aplicada em outras unidades da Federação. As solicitações que nós estamos recebendo de vários Estados para ter informações sobre esse programa, sobre o material didático que estamos utilizando, praticamente nós não estamos conseguindo atender a todas as solicitações. Mas nos vem também uma preocupação: essa iniciativa não pode criar uma perspectiva de não atendimento? Nesse sentido, a nossa parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Cidadania predispõe a Secretaria a dotar os mecanismos de articulação com o setor produtivo de empresários, no sentido de abreviar com mais precisão o tempo que os senhores jovens conseguirão ingressar no mercado de trabalho. Cabe à Secretaria viabilizar através da lei que foi sancionada agora, em 1º de julho, através de iniciativa, seja ela dentro do programa estadual, seja ela dentro do programa em nível nacional, ou até mesmo por iniciativas que não contemplem nenhuma dessas, mas pelo voluntariado do empresário de Mato Grosso, via SINE, articular os postos de trabalho para esses jovens.

Eu gostaria de salientar que no nosso entendimento é louvável e salutar a iniciativa já existente nesse campo, seja em nível estadual, seja em nível federal, inclusive iniciativas de sucesso já realizadas no Estado de São Paulo, que já tive conhecimento, no Estado do Rio Grande do Sul, que mostraram em recente matéria veiculadas que cerca de 80% dos jovens que são contratados nesses programas de incentivo acabam permanecendo no posto de trabalho mesmo após o seu período de vigência, o que demonstra ser um sucesso. Nós, infelizmente, não conseguimos operacionalizar isso no nosso Estado, mesmo com a excelente iniciativa desta Casa de Leis. A lei de autoria do Deputado Riva foi publicada há quase três anos, mas nós não conseguimos incluir um jovem sequer no mercado de trabalho, porque o Governo anterior não operacionalizou, só agora em julho que o Governo atual tomou a iniciativa de operacionalizar. Entendo que essas iniciativas são salutares. Porém, eu acredito que a condicionante principal, alavancadora de abertura do número de vagas a jovens candidatos ao primeiro emprego, não se resume a projeto de lei dessa natureza, mas principalmente ao crescimento econômico, ao desenvolvimento regional, que irá estimular os

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

empresários deste Estado e de outros a abrirem novos postos de trabalho e a fazerem frente a esse movimento.

Se não nos preocuparmos com a reforma tributária, com a reforma previdenciária e com tantas outras necessárias, eu acredito que os empresários não serão estimulados apenas porque receberão um aporte financeiro na ordem de R\$600,00, ou de R\$1.200,00, ou de várias outras modalidades que estão disponíveis, mas porque eles não terão a ampliação da sua produção e, por conseguinte, nenhum estímulo para investir. Até porque todos os projetos colocados na mesa até agora - e esta é uma crítica pessoal, eu não quero fazer, aqui, juízo disso -, eu entendo que vêm de forma engessada, cujo voluntariado se compromete, em um período de um ano, a não dispensar ninguém. Em um País que não sabemos o que irá acontecer com a economia nem na segunda-feira, fica difícil prever que alguém irá assumir o compromisso de receber um recurso adicional, não podendo, de forma nenhuma, reduzir o seu estoque de trabalhador, em face de qualquer contingência que possa acontecer na economia.

Eu torço para que isso não seja uma condicionante negativa, porque os jovens deste País, deste Estado, precisam de estímulo. Estão quase prontos para entrar ao mercado de trabalho. No que depender do SENAI, em Mato Grosso, que está fazendo escola no Brasil, ele não medirá esforços no sentido de adotá-los e acompanhá-los nesse sentido. Nós pretendemos adotar uma pesquisa de egresso, ou seja, um acompanhamento desses jovens durante dois anos para que possamos, daqui a dois anos, mensurar se esse trabalho, efetivamente, contribuiu na sua vida profissional ou não. É um projeto piloto. Não temos antecedentes com relação a isso. Nós pretendemos construir todo o acompanhamento, no sentido de avaliarmos esse período de atuação. Esse, também, Deputada, é um projeto a quem se dispõe a pagar na sua linha comercial... Além desses quinhentos jovens que estão sendo patrocinados pelo SENAI, mais de cento e cinquenta jovens já se inscreveram. O SENAI abriu uma linha de crédito para pagamento em dez parcelas, está atendendo a clientela dos filhos daqueles que são beneficiados pela vida, que podem pagar e querem preparar seus filhos para o mercado de trabalho. Dessa forma, eu torço para que, em um prazo mais rápido possível, essa lei surta os efeitos necessários para esses jovens que clamam por uma vaga e por um espaço no mercado de trabalho. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Queremos convidar para fazer parte da Mesa o Promotor de Justiça da Infância e da Adolescência, o Dr. José Antônio Borges Pereira (PALMAS).

Convidamos, para fazer uso da palavra, a representante do Conselho Mato-grossense da Juventude, Sr<sup>a</sup> Rúbia Nara.

A SR<sup>a</sup> RÚBIA NARA - Boa-tarde a todos!

A CMJ, que é o Conselho Mato-grossense da Juventude, é um grupo de jovens suprapartidário, que visa buscar políticas públicas voltadas para os jovens de Mato Grosso.

Ao contrário do que se imagina, nós jovens não gostamos do ócio. Nós não gostamos da ociosidade. Nós gostamos, sim, de desafios, de produzir, de buscar e de sermos reconhecidos como seres humanos competentes e extremamente capazes. Estão aí os jovens na platéia, que podem endossar o que eu estou falando.

Nós queremos parabenizar a Deputada Verinha Araújo pela iniciativa do projeto. Eu gostaria de chamar o nosso companheiro José Marcondes Muvuca para ler um texto que reflete o pensamento do nosso grupo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. JOSÉ MARCONDES MUVUCA - Boa-tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar o Deputado Riva, o Deputado mais votado, mais bem eleito da história mato-grossense, autor do Projeto do Primeiro Emprego, que contempla os jovens. Com certeza, muitos desses votos foram da juventude.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Deputada Verinha Araújo, nossa expressão valorosa da mulher mato-grossense, da mulher brasileira, com uma carreira política fulminante, sindicalista, que foi há três anos eleita, em 2000, Vereadora, e, em 2002, foi eleita Deputada Estadual, com setecentos por cento de crescimento na votação. Se isso se repetir, nas próximas eleições, com certeza, Deputado Reginaldo Lopes, ela será uma companheira sua lá na Câmara Federal.

Representante do Ministério do Trabalho, meu amigo pessoal, Alessandro Ponce Leon, com quem já estivemos em outras lutas e em outros embates, hoje, fico grato em vê-lo, trabalhando na equipe de Governo progressista de esquerda.

Gostaria de cumprimentar o representante da SETEC, Carlos Caetano, e estendo o cumprimento à Secretária Terezinha Maggi e ao Governador Blairo Maggi, pelo Governo que está fazendo, transparente e eficiente, honesto e ousado.

Representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho, Francisco Vuolo, curinga do Prefeito Roberto França, a quem estendo o cumprimento também, uma vez que faz uma ótima gestão, uma revolução social, verdadeiramente, aqui na Capital mato-grossense.

Cumprimento o representante do SENAI, o Gilberto, que, com suas palavras, demonstrou um pouco da preocupação dessa entidade, e, com seus feitos, mostrou que está contribuindo para o Projeto Primeiro Emprego, através desse curso que está fazendo no SENAI.

Geremias dos Santos, representante da CUT, entidade que sempre se colocou ao lado dos trabalhadores e continua se colocando, tanto é que alguns dias atrás estava com cinquenta mil pessoas, lá em Brasília, protestando para que a reforma tributária fosse mais condescendente com o lombo do povo brasileiro.

Cumprimento a Rúbia Nara, membro do nosso Conselho Mato-Grossense da Juventude; o João Ricardo, Presidente da AME e da ACES, um dos grandes responsáveis para que a nossa Capital tivesse a dádiva do passe livre; o Deputado Wagner Ramos, revelação política que está aqui, um jovem, eleito Deputado pela região da grande Tangará da Serra; o Vereador Domingos Sávio, outra grande revelação política que deverá também ser reconduzido na próxima eleição à Câmara de Vereadores da Capital; a Vereadora Vilma e todos os participantes, todos os jovens, mulheres e homens presentes.

Deputado Riva, se não estamos aqui com uma multidão de jovens é porque muitos estão lá fora, procurando emprego, ou estão nas escolas, mas estamos aqui bem representados, por várias pessoas de expressão. Na Mesa só a Rúbia Nara, que ali está sentada, representa uma entidade com mais de quinze mil filiados, e entanto outros que estão aqui também.

Tive a incumbência de ser o porta-voz da Comissão Mato-grossense da Juventude, para ler este documento redigido a quatro mãos, sempre com a participação de todos os membros deste conselho. Eis o que pensamos:

Passaram-se muitos anos de descaso, um rastro perverso de sonhos e utopias perdidas de toda uma geração aniquilada pela dura realidade, de uma sociedade tornada mais desigual do que sempre foi.

Os jovens brasileiros, acuados pelo projeto não liberal, sentem no cotidiano de suas vidas a dura realidade de um futuro sem perspectiva, isso comprometeu o que há de mais caro à juventude, a perda de um sonho de ter um futuro melhor do que foi o passado de nossos pais.

A juventude de um modo em geral abriu mão dos estudos, porque teve de se jogar no mercado de trabalho, na tentativa de patrocinar sua própria sobrevivência, mas deparou-se com o mercado de trabalho estagnado e injusto.

O ensino superior ficou ainda mais distante com a abertura indiscriminada das universidades privadas por todos os cantos do País. Elas cresceram nada menos do que 60%, a ponto

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

de hoje mais de 65% dos estudantes universitários estarem matriculados em verdadeiros caçaníqueis. Sem qualidade de ensino muitas vezes, sem condição de pesquisas, sem nenhuma política educacional consistente, o descaso com a educação é secular, mesmo sabendo que as nações mais avançadas foram aquelas que investiram neste patrimônio que é o conhecimento, mesmo sabendo que os gastos com cada bandido na cadeia é muito superior com o que se gasta para manter um estudante na escola, mesmo sabendo que quando uma criança é educada pela vida, Deputada Verinha Araújo, ela não vai trilhar os caminhos da morte que é a marginalidade.

O Brasil, apesar de ser a décima economia do mundo, encontra-se na nonagésima sexta posição no índice de investimento educacional, ficando abaixo de países como Argentina, Bolívia, Peru, Equador e Indonésia.

Deparamo-nos, hoje, com uma juventude marginalizada e esquecida pelo Poder Público, entregue nas mãos da criminalidade, do narcotráfico e da delinquência. Se por um lado, com os nossos jovens, pelos altos índices de violência, enfrentamos uma guerra desigual e que temos que disputar a juventude com os traficantes, a nossa tarefa mais difícil é convencer que ainda há uma saída digna e humana, firmada em valores coletivos, apoiada em tantos setores que resistem bravamente, apesar de algumas vezes o Poder Público não valorizar a nossa juventude. E qualquer político que não se preocupa com um futuro de uma geração, Deputado Riva, não merece o respeito do povo. Nós acreditamos que ainda é possível sonhar com uma nova geração. O Primeiro Emprego pode inserir milhares no mercado do trabalho e o sistema de ensino superior e de qualidade pode ser ampliado, criando, inclusive fomentando investimento na universidade pública estadual, que é a UNEMAT.

Acreditando ser um Governo valente, audacioso e visionário, o Governador Blairo Maggi pode sim criar uma coordenadoria, ou até uma secretaria de Estado, para tratar dos temas da juventude. Podemos articular nessa secretaria a semana da juventude, o encontro de todas as expressões culturais e étnicas de uma cidade cultural que é tão rica.

É preciso considerar a necessidade de começar a saldar a dívida secular com a nossa juventude, levando a cultura popular, a geração de emprego e renda a essa população. Isso é respeito à identidade e à cidadania dos nossos jovens. Essa é a mensagem de uma juventude vigorosa que tem o compromisso com o seu presente e quer transformar o lugar onde vive. E é para fazer pulsar os corações e mentes da nossa juventude que estamos nos colocando aqui hoje para colaborar, ajudar no que for preciso e ser protagonista, se assim nos for permitido.

É preciso sonhar juntos com os milhares de jovens do nosso Estado, cobrar, criticar, propor e escolher com independência os caminhos que queremos trilhar. Sabemos que muitas vezes somos lembrados apenas em épocas eleitorais, quando vêm nas estatísticas que representamos mais de 40% da população votante. Acreditamos que vamos despertar um dia para essa marginalidade, que é a compra de votos, e gritar bem alto que a nossa consciência não está à venda. E talvez, amanhã, no exercício maior da nossa democracia, nós possamos referendar nas urnas tantos jovens que pensam como aqueles que pensam nos jovens.

Nós da CMJ - Coordenação Mato-grossense da Juventude, pela ética, consciência e cidadania, daremos todo apoio a qualquer iniciativa que vá ao encontro dos anseios e aspirações dessa geração, que nunca esteve perdida, apenas esquecida, seja através do Programa Primeiro Emprego, seja através da criação de uma coordenadoria, que foi proposta pela Deputada Verinha Araújo, seja através da melhoria da qualidade de educação, seja na guerra contra as drogas, contra a delinquência juvenil, o trabalho precoce, a exploração sexual, a falta de oportunidades, enfim, estaremos de prontidão, de mãos erguidas, para defender a nossa juventude.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

Antes de encerrar e antes das palmas (RISOS), eu gostaria de citar aqui esses valorosos guerreiros que fazem parte da CMJ - Comissão Mato-grossense da Juventude e de suas respectivas entidades: Serginho, da UBJ; Régis de Oliveira, do PV; José Carlos, do PSB; Francisco Sardinha, do PSB; Paulo Sardinha, do Conselho de Educação; Lucas, da UNESCO; Edmilson, da Pastoral da Juventude; Jackson, do PFL; Gerson, da UFMT e do PTB; Jeferson, do Centro Acadêmico de Nutrição da UFMT; Virgílio, do PMDB; Benedito, da SEDUC; Miguel, da JS; João Ricardo, da AME; Rúbia, do DCE da UNIC; Patrícia, da União Estadual dos Estudantes; e Muvuca, este que humildemente lhes fala. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação da Rúbia Nara e do José Marcondes Muvuca.

Com a palavra, o Sr. Geremias dos Santos, Vice-Presidente da CUT/MT.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS - Boa-tarde, companheiros e companheiras. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, que saiu do movimento sindical, grande guerreira, combativa. Quero cumprimentar a juventude, os companheiros militantes de diversos partidos aqui presentes, os sindicalistas e, em especial, os companheiros do PT.

A CUT, na última quinta-feira, completou 20 anos. São 20 anos de luta contra a ditadura militar, de luta por melhoria salarial, de luta por melhores condições de trabalho. Dentre essas lutas, com certeza, nesses 20 anos, em todo momento, estava a grande preocupação nossa que é a juventude, principalmente porque com o grande índice de criminalidade, quem está em jogo é o jovem, porque o Estado brasileiro não tem tido uma preocupação com a juventude.

Cerca de quase dois milhões de jovens, a todo ano, estão aptos para serem inseridos no mercado de trabalho. Praticamente quase não houve no passado políticas que privilegiassem a juventude. Por isso quero aqui parabenizar a iniciativa do Presidente Lula. Eu acho que isso é um grande diferencial dos sete primeiros meses, já apresentar um programa. Já tivemos um governo que ficou 08 anos no poder, nem sequer por um momento se preocupou com essa questão. O Deputado regional daqui não frisou... Eu gostaria de ressaltar para vocês que esse projeto para ser votado no primeiro turno foi uma guerra, uma guerra com os parlamentares do PSDB e do PFL, eu acho que tem que deixar bem claro isso aqui, que eram contra esse projeto. Não queremos dizer que esse programa vai acabar com o desemprego, muito pelo contrário, que a partir de amanhã vão estar todos os jovens de 16 a 24 anos empregados, não é isso. Mas a iniciativa é válida, principalmente pelo norte que o Presidente Lula está colocando, que é o Estado a serviço do trabalhador, a serviço da juventude e, o principal do projeto, privilegiando filhos da classe mais pobre, ou seja, tem que provar que é pobre para participar desse programa.

Então, isso é interessante. Ter o Estado, a máquina estatal, a grana do Estado, a arrecadação do Estado voltado para a juventude, em especial da classe trabalhadora e da classe pobre deste País. Eu acho que isso é importante. O que nós vimos nos últimos 08 anos? Foram projetos de lei com discursos de que aumentariam emprego e, na verdade, só geraram desemprego. Nós temos várias leis que foram aprovadas, principalmente em 97 e 98, que precarizavam cada vez mais o direito dos trabalhadores. Portanto, é muito louvável a iniciativa do Presidente Lula, aqui representado pelo companheiro do Ministério e pelo companheiro Deputado Federal que foi brilhante relator. Acreditamos que no Senado deve passar.

A CUT tem a sua grande preocupação também com esse programa, porque nem tudo é feito de coisas muito bonitas. Então, nós estamos preocupados. Primeiro, com a lei do estágio. Gostaria que depois um Deputado ou o Deputado Federal, ou o representante do Ministério, pudesse falar sobre isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A lei da aprendizagem também é uma grande preocupação nossa. Nós acreditamos que só isso não vai resolver a questão do emprego. Nós acreditamos que a questão da economia é o ponto central da solução, pelo menos para tentar minimizar essa questão do desemprego que ronda hoje praticamente todos os lares das famílias brasileiras.

Outra grande preocupação nossa é o cumprimento da nossa legislação, tanto a Constituição Federal que garante os nossos direitos como a CLT, e principalmente os acordos coletivos e convenções coletivas. Nós queremos que não venha lei para precarizar direitos daqueles que já estão empregados.

Portanto, eu gostaria também que o Deputado pudesse falar um pouco mais sobre isso. Por quê? Porque nos acordos coletivos, a nossa legislação não permite a discriminação salarial. Essa é uma grande preocupação, porque nós sabemos que setores empresariais, e não quero polemizar aqui com os empresários aqui presentes, mas os setores empresariais são acostumados a pegar uma lei que interessa ao povo e revertê-la em benefício próprio. Essa é uma grande preocupação. Por isso, a CUT e quase os seus cinquenta sindicatos filiados em Mato Grosso concordam com esse projeto, mas vai fiscalizar e vai denunciar aqueles que estiver descumprindo essa futura lei. Essa é uma grande preocupação nossa.

Para encerrar, gostaria de dizer que fui pego de surpresa, não deu para analisar ainda a lei estadual que trata do Primeiro Emprego. Algumas coisas não batem, alguns itens são diferentes. Precisamos ver como será isso na prática, mas é interessante a iniciativa. O papel dos municípios, nós não temos... Dias atrás municípios de Mato Grosso fizeram greve. Eu nunca vi greve da forma como foi feita. O cara baixou um decreto lá, fechou prefeitura e fizeram greve. Segundo o Governo Federal, foi no período que mais aumentou a arrecadação de ICMS para os municípios. Então, é uma coisa contraditória. Mas os Municípios de Mato Grosso, pelo menos aqui onde eu tenho mais acesso, aqui na Baixada, não se vê iniciativas dos municípios para melhorar a situação do povo, principalmente da juventude. Eu acho que precisamos cobrar mais dos prefeitos, independentemente de sigla partidária.

Eu gostaria, companheira Deputada Verinha Araújo, que Vossa Excelência colocasse no debate aqui na Assembléia Legislativa, logicamente com o apoio dos trabalhadores, dos seus sindicatos, a questão do salário mínimo regional. Eu acho que é urgente discutirmos... Alguns Estados brasileiros têm salário mínimo diferenciado. Por que Mato Grosso não pode ter? Eu acho que Vossa Excelência que é uma companheira que saiu do movimento sindical pode colocar esse debate com maior propriedade aqui na Assembléia Legislativa. Com certeza, terá o apoio da CUT e dos diversos sindicatos.

A questão do estágio. Eu acho que nós deveríamos discutir a questão do estágio no serviço público. Embora o Governo esteja aí há sete meses e meio, oito meses, e nós tenhamos sugerido uma legislação para favorecer os trabalhadores, é muito... A denúncia do DETRAN, por exemplo. Em quase todas as denúncias do DETRAN os estagiários estão no meio. Então, nós precisamos discutir, Deputada Verinha Araújo. Precisamos fazer uma audiência pública para discutir a questão do estágio, discutir a questão do apadrinhamento, se ainda está existindo como existiu muito no Governo passado, se estão privilegiando algumas faculdades ao invés de estarem privilegiando a escola pública de 1º e 2º graus, a universidade pública. O estágio em Mato Grosso no setor público acaba privilegiando as faculdades, talvez até por um processo junto com o Ministério da Educação. Então, eu acho que nós precisamos urgentemente fazer essa discussão do estágio. Eu sou servidor público do CEPROMAT há 21 anos. O que nós observamos é que os filhos dos trabalhadores, aqueles mais pobres, não conseguem um estágio no setor público. Infelizmente, não conseguem. Portanto, é urgente fazer essa discussão, sob pena de estarmos mantendo os pobres cada

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

vez mais pobres, cada vez mais discriminados, uma vez que aqueles filhos da classe média alta e da classe alta conseguem arrumar estágio, conseguem experiência e, conseqüentemente, conseguem se inserir no mercado.

Então, meus companheiros, é essa a preocupação da Central Única dos Trabalhadores.

O nosso sindicato estará apoiando todas as iniciativas que realmente tenham o objetivo de engrandecer a nossa Nação, principalmente na questão da juventude. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Registramos a presença da Vereadora Enelinda Scala, do PT, e agradecemos mais uma vez a sua presença. Também queremos agradecer, mais uma vez, a presença dos alunos do SENAI.

Eu queria apenas complementar a feliz fala do Sr. Geremias, na questão do estágio. Inclusive, Deputada Verinha Araújo, nós temos uma lei de nossa autoria que garante cinquenta por cento das vagas de estágio nos três Poderes para alunos da escola pública. E nós vamos fiscalizar isso. Vamos pedir o apoio do Ministério Público, da própria juventude que tem interesse na lei, para que passe a fiscalizar e a nos informar, porque é uma lei que foi aprovada, sancionada e nós vamos cobrar o seu cumprimento. A mesma questão com relação às universidades públicas, nós temos aquela lei que o Senador Antero Paes de Barros colocou em discussão em nível nacional, que foi aprovada em Mato Grosso, que trata da questão das escolas na universidade pública estadual. Apesar de aqui nós termos mais de cinquenta por cento de jovens da escola pública na universidade pública, nós ainda temos também a lei que assegura esse direito aos alunos da escola pública.

Eu convido a Deputada Verinha Araújo para presidir a Audiência Pública. Aproveito a oportunidade para parabenizar a Deputada Verinha Araújo pela iniciativa, por ter chamado essa discussão para Mato Grosso, que é importantíssima.

Eu fiz menção ao Muvuca que nós temos aqui um Deputado Federal, Relator do projeto de lei. Eu não tenho dúvida de que a reunião está altamente representada, porque estão aqui quase todos os segmentos - e eu disse isso para a Deputada Verinha Araújo -, e temos a presença importante do Deputado Federal Reginaldo Lopes, que se dispôs a vir aqui, mesmo durante o processo de votação da reforma tributária. Então, eu não posso deixar de agradecer e de dizer que é um ato de grandeza, de jovem, vir aqui debater com a juventude.

Eu faço isso sempre, Deputada Verinha Araújo, porque quando eu fui candidato pela primeira vez, eu tinha 22 anos de idade. E fui Prefeito. A minha gestão foi de jovem. Quem procurar se informar, o Município de Juara, nesses seis anos, foi administrado por jovens. E deu certo.

Então, eu quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo e agradecer ao Deputado Federal Reginaldo Lopes. Nós vamos visitá-lo para debater mais, para discutir, porque é um assunto que nos interessa.

Eu tenho certeza de que vocês, jovens, que aqui estão levarão essa discussão avante para outro segmento.

Eu gostaria de passar a Presidência à Deputada Verinha Araújo e de enaltecer a sua iniciativa, Deputada.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 16:09 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Vereador Domingos Sávio.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Convido para compor a Mesa a Vereadora Enelinda Scala.

Antes que o Vereador Domingos Sávio faça uso da palavra, eu quero dizer que estou muito contente. Apesar de, muitas vezes, esperarmos a participação de muitas pessoas, é uma questão para refletirmos por que as pessoas não estão comparecendo aos debates. É uma questão que serve de reflexão.

Eu quero dizer que nós convidamos, que mandamos os convites, principalmente, às escolas. Todas as escolas foram convidadas, mas nós sabemos que hoje, pela sobrevivência, pela luta, pelo momento, para se sair de um local onde se encontra, às vezes, é um problema. Independentemente disso, o importante é fazermos a nossa parte.

Eu até gostaria de responder ao Sr. Geremias.

Geremias, nós temos várias proposições de audiências públicas. Estamos na luta para aprová-las e realizá-las. Já temos uma audiência próxima, que iremos discutir a questão dos direitos da mulher, outra que tratará da Lei de Incentivo à Cultura, outra específica para tratar dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Se o Dr. José Antônio, depois, tiver a oportunidade de falar, ele falará um pouco sobre essa problemática no Estado. Ele, inclusive, tem colocado que há um grupo de extermínio da criança e adolescente. Depois o Dr. José Antônio falará sobre isso. Isso é preocupante e ele levará esta questão ao Congresso Nacional. Nós queremos também fazer esse debate aqui na Assembléia Legislativa. Vocês viram que um jovem, dois dias depois que saiu do Pomeri, foi assassinado. Então, nós precisamos fazer essa discussão.

Após o Vereador Domingos Sávio, falarão o Natalício, a Brigitte, a Helena, o Demídio, o Zé Carlos e o Rafael.

Quem quiser falar, terá que se inscrever para falar depois do Natalício, porque nós vamos passar a palavra aos componentes da Mesa. Há questões que o Deputado Reginaldo Lopes, que o Alexandre, que o Gilberto, que o Carlos Caetano, que representa a SETEC, responderão. Então, é importante fazermos um *feedback* antes que outras pessoas utilizem a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Eu serei breve, Deputada, até porque há muitas pessoas para falar.

Em primeiro lugar, boa-tarde a todos os presentes, a essa juventude, que estamos vendo, organizada.

Deputada Verinha Araújo, eu quero parabenizá-la por esta Audiência Pública, em nome da qual cumprimento os demais membros da Mesa.

Como representante da juventude, assumi o mandato na Câmara Municipal há pouco mais de dez dias, substituindo o nosso companheiro Sivaldo, que se licenciou por motivo de saúde e está hoje em São Paulo. Em decorrência disso, por termos pouco tempo de mandato, preocupado com essa questão relacionada à juventude, inclusive esse foi um dos temas da minha campanha para vereador em 2002, a questão do primeiro emprego...

Hoje, segundo dados do IBGE, nós temos no Estado de Mato Grosso 41% da população entre 10 e 29 anos de idade. Ou seja, uma parcela significativa da população, que está procurando, tentando encontrar um lugar no mercado de trabalho. Todos vêm nas ruas, ao abrirem as páginas dos jornais, o aumento gradativo do índice de violência e do índice de desemprego. Hoje, nós vemos o aumento da quantidade de flanelinhas nas ruas, da quantidade de roubos, de assaltos. Infelizmente, a grande maioria é composta por essa população com faixa etária entre 10 e 29 anos, e todos nós sabemos que é por conta da falta de mercado de trabalho.

Nós apresentamos, então, em nível municipal, um requerimento, na terça-feira passada, na Câmara Municipal de Cuiabá - foi o meu segundo dia de Sessão -, propondo a criação

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

de uma Comissão onde possamos discutir assuntos referentes à juventude. Esse Requerimento foi aprovado hoje pela Câmara Municipal de Cuiabá. Nós apresentamos na terça-feira passada e ele foi aprovado hoje.

Temos essa preocupação e precisamos começar a criar instrumentos que facilitem e que dêem alternativas para os jovens se inserirem no mercado de trabalho.

Nós estaremos convidando vocês também para que nos procurem, procurem essa Comissão na Câmara Municipal, para que possamos realizar outras audiências públicas em nível municipal para discutir essa questão da juventude.

Então, é só mais um informe que quero dar para vocês de que essa Comissão foi aprovada hoje pela Câmara Municipal, e nós estaremos formando essa Comissão para discutir esses assuntos referentes à juventude.

A Deputada Verinha Araújo já levantou isso em nível estadual.

O companheiro que parabenizo, Deputado Reginaldo Lopes, participa dessa frente jovem em nível federal. Eu também quero me colocar à disposição lá na Câmara Municipal para discutir esses assuntos.

Nós estaremos formando essa Comissão e, em breve, estaremos convocando vocês, os jovens aqui presentes, a Rúbia Nara, o companheiro Muvuca, militante do movimento estudantil, e os demais membros aí da sociedade, representando essa juventude, para discutirmos isso lá na Câmara Municipal de Cuiabá em nível municipal, que também estamos mobilizando.

Era isso que queria passar para vocês. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou pedir licença ao nosso companheiro Natalício, e passar a palavra à Vereadora Vilma, de Rondonópolis, que terá que se ausentar para a Sessão lá no seu Município, e depois passaremos a palavra ao Secretário de Indústria e Comércio, Francisco Vuolo.

A SR<sup>a</sup> VILMA MOREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA - Gostaria, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, de cumprimentar todos os componentes da Mesa, cumprimentar todas juventudes aqui presentes.

Parabenizo a Deputada Verinha Araújo por esta Audiência Pública, porque sabemos das dificuldades, sabemos da luta dessa juventude para que realmente possa ter o seu primeiro emprego.

Quando da fala do Muvuca, nós vimos emoção nas suas colocações, um pedido de socorro aos governantes, à classe política, para que não busquem e não procurem os jovens somente na época da política. Parabéns a você pelo texto. Um texto muito bem redigido, que vem realmente ao encontro daquilo que a nossa juventude espera, que o Primeiro Emprego não fique só no papel.

Parabéns ao Deputado Reginaldo Lopes, que se deslocou lá de Brasília para estar aqui discutindo, mesmo agora que está aí o encaminhamento da reforma administrativa, mas ele está aqui para discutir com a sociedade, discutir com a juventude, com os Parlamentares aqui do nosso Estado, o problema dos jovens, que é a questão do Primeiro Emprego, que é o primeiro passo muito importante pela vida, é o passo pela caminhada do hoje e do amanhã da juventude.

A Câmara Municipal em Rondonópolis não é diferente. Nós estamos também discutindo um projeto do primeiro emprego e a questão dos cursinhos de vestibular, Deputada Verinha Araújo. Eu quero depois estar passando para a Deputada, para estar também sendo parceira, para que nós possamos estar ampliando essa discussão, que é muito grave hoje e que a juventude tem muita dificuldade, às vezes, de preparação para chegar até a universidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu voltarei agora para Rondonópolis, porque nós teremos Sessão ainda hoje à noite, às 19:00 horas, mas quero parabenizar e colocar-me à disposição para as discussões que virão. Eu tenho certeza de que essa é uma das primeiras das muitas que acontecerão.

Uma boa-tarde a todos.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu é quem agradeço a Vereadora. Já fica aqui a proposta para a senhora integrar a nossa frente parlamentar em defesa da juventude. Pode realizar o debate lá em Rondonópolis, que lá estaremos.

Eu quero dizer também que nós estamos em uma campanha para aposentadoria das donas de casa. É um projeto de uma Deputada nossa de Santa Catarina. Aproveito para convidar todos para participar, no domingo, do Grito do Excluído. Nós vamos estar lá de avental, vassoura na mão, panelas, para que essas mulheres sejam as primeiras a serem incluídas. A Vereadora Enelinda Scala disse que vai estar lá, para nós levarmos esse debate com a sociedade, para que as mulheres sejam incluídas no direito à aposentadoria.

Eu quero saber se o Dr. José Antônio quer usar a palavra agora...

Vou conceder a palavra ao Sr. Francisco, porque a Mesa já solicitou, depois passaremos ao Auditório.

O SR. FRANCISCO VICENTE VUOLO - Boa-tarde a todos.

Nós, cuiabanos, temos por tradição o bem receber. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Federal Reginaldo Lopes, que nos orgulha. Cuiabá está de portas abertas para recebê-lo sempre, em nome do Prefeito. Quero cumprimentar os Parlamentares e todas as mulheres aqui, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, que tão bem preside esta Audiência Pública, e todos os integrantes, na pessoa do Muvuca, que tão bem representa a juventude.

A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo é responsável pela elaboração, geração do movimento econômico do Município de Cuiabá.

A preocupação primeira, já que nós tomamos posse há dois meses, como ação imediata, amanhã, já estarão tomando posse os novos integrantes, os novos membros do novo Conselho Municipal de Trabalho. O conselho é um conselho tripartite. A partir dele será elaborada a política de geração, emprego e renda, uma vez que nós não temos um conselho municipal de emprego e renda.

A visão que nós temos no Município de Cuiabá, hoje, está pautada em cadeias produtivas. Existe uma preocupação muito grande, através do Conselho, da Secretaria, de identificarmos as cadeias produtivas que existem dentro do Município de Cuiabá, na Baixada Cuiabana, e desenvolvermos um trabalho de ação já ligado à política que o Presidente Lula pretende implantar na sua gestão, que é a política voltada ao associativismo e ao cooperativismo.

Em visto disso, precisamos começar a preparar as diversas cadeias produtivas que existem em nosso município para poder receber os recursos necessários, os aportes necessários, porque não adianta nada, pela visão nossa, inserirmos jovens num empreendimento novo, pela primeira vez, sem que o empreendimento tenha condição de sustentabilidade e viabilidade no seu funcionamento. Então, como o Geremias da CUT colocou aqui, a questão não é só identificar o problema da inserção do jovem no mercado de trabalho. É louvável, é importante, devemos apoiar, integrar o apoio, o incentivo dessas leis, no entanto é necessário que a economia como um todo movimente de forma positiva. E aí entra o aspecto da previdência, entra o aspecto da reforma tributária. Existe uma série de conjunturas que tem que ser pensada, porque senão insere-se de um lado e tem-se um problema do outro. Então, essa é uma das preocupações que nós temos no Município de Cuiabá.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

Existe uma preocupação com essa da lei do Estado. O Estado criou o Programa Primeiro Emprego, mas quem vive as dificuldades diretamente do problema do Primeiro Emprego, diretamente da sociedade, é o município. É de vital importância que a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania - SETEC sente-se com o município, venha conosco, para que nós possamos definir ações conjuntas efetivas, para que possamos implementar políticas que realmente possam, não só inserir a juventude no Primeiro Emprego, mas também dar sustentabilidade aos empreendimentos, às empresas, aos negócios, porque hoje é necessário.

O Poder Público não cumpre mais aquele papel de receber a sociedade, de servir emprego para a sociedade. Hoje, esse papel tem que ser direcionado para a iniciativa privada. Então, compete ao Poder Público criar instrumentos, elementos que viabilizem o funcionamento da melhor forma, não só em termos estruturais, mas em termos de movimentação econômica desses empreendimentos ligados à cadeia produtiva dentro do município.

No Município de Cuiabá existe um programa, cuja extensão foi aprovada na Câmara Municipal hoje, que é o PRODEC - Programa de Desenvolvimento Econômico de Cuiabá. Dentro desse Programa de Desenvolvimento Econômico, o município garante a isenção de até três anos em todas as taxas municipais para novos empreendimentos e de até dez anos para empreendimentos industriais e também para prestadores de serviços que estão prestando serviços para os novos empreendimentos que gozam desse benefício. Essa é uma forma de incentivo que o município dá, no entanto é necessário que outras alternativas venham.

O Governo Lula está colocando as políticas de microcrédito e de microfinança, que vão casar perfeitamente com novos empreendimentos. Esses empreendimentos que serão identificados na cadeia produtiva necessitarão de um agente financeiro. Com relação a esse agente financeiro, o município não dispõe de condição estrutural e financeira para garantir, por exemplo, um fundo de aval forte, que dê sustentabilidade a isso. É necessário parceria com o Estado, com a União, para que possamos implantar políticas como o Banco do Povo, que funciona em Goiânia. De certa forma, desenvolver ações específicas que possam gerar emprego de um modo geral, inserindo paralelamente a questão do Primeiro Emprego, que também poderá ser discutido dentro do município.

Eu fico muito animado com essa proposição do Estado no aspecto do Primeiro Emprego. Solicitamos da SETEC, se possível, uma reunião para que possamos estar mais próximos, principalmente do SINE. Nós vimos a importância que o SINE cumpre hoje dentro do Estado de Mato Grosso e dentro do Município de Cuiabá. Hoje, o SINE atua numa parceria com a SETEC, juntamente com a TV Centro-América, num cadastro muito forte que ocorre na Praça Alencastro, e o município está ali em frente e não participa do processo! São ações, interações, integrações, que são necessárias para que nós possamos, efetivamente, tirar do papel e colocar em prática aquilo que é o maior de todos os problemas que existe dentro do País hoje, que é a questão do desemprego.

O Governo determinou uma ação emergencial da questão do Fome Zero, mas todos sabemos que a população não quer só o sacolão, não quer só alimentação. A população quer também ter oportunidade de trabalho, de gerar sua própria renda, de sustentar sua casa, de ter dignamente sua condição de sobrevivência. É nesse sentido que a Secretaria de Indústria e Comércio, e o Prefeito nos orientou, desenvolve políticas ligadas à geração de emprego e renda. Estamos muito preocupados. Aproveito aqui para convidá-los para, amanhã, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal, para a posse do Conselho Municipal do Trabalho. A partir dele, efetivamente, nós teremos a oportunidade de definir uma política de geração de emprego e renda.

Eu quero, ao finalizar, parabenizar mais uma vez a Deputada Verinha Araújo por esta iniciativa, principalmente, pela participação do Ministério do Trabalho a quem eu sugiro que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

leve a Brasília uma solicitação do Município: que o Ministério do Trabalho destine recursos para pesquisas, para que possamos identificar vocações dentro do Município e de determinadas regiões em nossa Capital.

Então, eu acho isso muito importante, porque a partir dessas pesquisas, dessas identificações de vocações, é que poderemos definir também ações mais efetivas de geração de emprego e renda.

Parabéns! Obrigado pela oportunidade (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou sugerir aqui, Sr. Francisco, sem nenhum preconceito, mas vamos dar posse lá no sétimo andar, lá no sétimo (RISOS)... Depois eu quero saber da constituição do Conselho Municipal, quais são as entidades que estão compondo por parte dos trabalhadores, é tripartite, mas quais são as entidades dos trabalhadores? Eu gostaria de saber.

Com a palavra, o Sr. José Antônio Borges Pereira, que é a pessoa que tem autoridade para falar sobre a questão da juventude no Estado de Mato Grosso também, o nosso Promotor, nosso companheiro, parceiro e é com muita honra que recebemos Vossa Excelência aqui.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA – Cumprimento a Deputada Verinha Araújo, os demais componentes da Mesa, os senhores e jovens presentes.

O tema primeiro emprego, emprego da juventude, é importante nós trabalharmos, primeiro, pensando em termos da Constituição. A criança e o adolescente foram elencados como cidadãos. Nos direitos fundamentais especiais da criança e do adolescente, em primeiro lugar, está a família e também lá consta a profissionalização. Então, em qualquer discussão, em qualquer embate, em qualquer defesa, Srs. Deputados e representantes, nós temos que pensar que é um direito fundamental, no caso do adolescente, a profissionalização, e, naturalmente, o emprego e a dignidade com relação a isso.

Nós temos também que de qualquer forma expressar... Nós ouvimos muito o discurso de que se o menino estivesse trabalhando, talvez não estivesse na rua, não estivesse fazendo bobagem. Nós temos que lembrar que infelizmente nós ainda tratamos os nossos adolescentes como tratava a Europa do final do século XIX e começo do século XX, como uma mão-de-obra barata e, em função disso, explorada. Os nossos jovens, acima de tudo, têm que estar estudando, e estudar é trabalho, aliás, um dos piores trabalhos, porque dói a cabeça, doem as costas e dói a bunda. Em primeiro lugar, a educação é um trabalho, é a qualificação da pessoa, é qualidade. Então, esse é um aspecto, é um direito fundamental, isso está na Constituição.

Nós temos que passar para outras questões. Eu li essa semana que o desemprego é um problema estrutural no mundo todo. A Europa agora, com a unificação, vive esse drama do desemprego. E essa situação tem que ser enfrentada com tecnologia social, ou seja, essas pessoas que não têm emprego devem ter dignidade de vida, e o Estado não pode abrir mão nesse sentido.

É interessante também destacar com relação a isso o sistema “S”. Eu ouvi aqui, cheguei no final da fala... Eu entendo, entendi até certo ponto, e parece-me que agora está tendo uma virada, mas o sistema “S” de certa forma é elitista, porque se você descer aqui a Isaac Povoas e ir ao SESC para fazer um curso de computação, você vai pagar no mínimo oitenta a cem reais por mês. Pelo menos, era assim, ou qualquer outro desses cursos. Então, como e de que forma incluir a pessoa, se você tem que pagar por esses cursos? De qualquer forma, é uma contrapartida das próprias empresas que depositam uma parcela para esse sistema. Então, eu acho que havia uma distorção disso, mas pelo final de sua fala parece-me que corrigiu um pouco essa situação. Mas essa é uma realidade. Eu mesmo paguei na minha juventude para fazer cursos ali. É uma discussão que tem que haver, com relação a isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Bem, a questão do emprego a partir dos dezesseis anos ou do menor aprendiz, eu acho que os incentivos, quando eu li a lei federal, são muito oportunos com relação a essa situação, porque você leva o jovem ao trabalho e estimula a situação de profissionalização, até porque todo mundo vai ser doutor. Não é? Naquela história, todo mundo... E não significa que precisa ser doutor para ter dignidade no seu trabalho, desde o mais humilde que recolhe o nosso lixo até o médico que salva as nossas vidas no pronto-socorro, todos são trabalhos e todos devem ter dignidade.

Hoje, eu mesmo vi um cidadão dando um testemunho na televisão, ele é do Correio, o salário está congelado há nove anos, ele ganha R\$1.000,00, e agora o filho dele com dezoito vai ser policial militar e está ganhando R\$1.000,00. E ele comparava como? Eu tenho trinta anos aqui no Correio, e agora meu filho se empregou e ganha R\$1.000,00. É claro que tem a diferenciação. O policial está aí no embate, está na rua, mas você vê essas situações. Na Europa, já se discute o contrário. Na Europa, está assim: o emprego do meu filho é o meu desemprego. E nós também temos uma marginalização das pessoas a partir dos quarenta anos no nosso País. Aliás, o grande mal do nosso País é esse, é desconsiderar o jovem e o idoso, a criança e o idoso, essas duas pontas na nossa sociedade são completamente desconsideradas e são as que deveriam efetivamente ser resgatadas.

Agora, há um grande ponto do desemprego que acho que o atual Governo Federal vai ter que enfrentar em determinado momento. Nós entendemos as dificuldades. Hoje, eu li na *Folha de São Paulo*, segundo Celso Furtado, junto com a nossa economista portuguesa Tavares - e o Celso Furtado, autoridade que é, que merece todo o respeito, um economista histórico, já com seus setenta e poucos anos, mas ainda lúcido -, que o Brasil vai ter que pedir moratória. Não tem jeito, nós vamos ter que ficar uns três anos sem pagar a dívida externa. Na verdade, nós temos um sistema hoje, onde todo o dinheiro arrecadado, boa parte da riqueza, é para pagar os juros da dívida. Enquanto ficarmos em função disso, ficará lá a Promotoria da Criança, da Infância e do Adolescente, promotoria de gente humilde, de gente pobre, vendo as demandas. Isso terá que ser discutido em um momento, porque nós vivemos hoje um caos.

Eu e a Helena, representante dos professores, saímos de uma reunião e vimos que as escolas não têm mais equipamentos. Coloca-se computador para ser levado, até mesmo ar-condicionado. E aqui nós precisamos de ar-condicionado nas escolas, porque o calor é insuportável. Se há um lado positivo de que a tecnologia está sendo levada para as escolas, todos os dias ela está sendo levada.

Tem a questão do Estado. Na verdade, nesses últimos anos, trabalhou-se muito ou vendeu-se muito o Estado mínimo. Quer dizer, quanto menos o Estado intervir, será melhor para a sociedade. Isso é uma inverdade. Há determinados setores em que só o Estado deve intervir. Então, esse discurso do Estado mínimo é um equívoco. Em nosso Estado, por exemplo, faltam professores, psicólogos, e há um projeto da Deputada Verinha Araújo que diz que cada escola deve ter seu psicólogo, seu médico. No Estado, faltam promotores de justiça, juízes, defensores públicos. Saúde e educação, vamos para esses pontos, faltam. O Estado é um grande empregador e não pode abrir mão desses serviços públicos prestados à comunidade. Então, essas questões têm que ser discutidas através da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, de qualquer forma, tem o seu lado positivo, mas também tem a receita do FMI. Então, quanto a essas questões, nós ficamos atrelados a uma situação que está se fechando. Nós temos problemas hoje, em Cuiabá, que não deixam nada a desejar aos problemas do Rio de Janeiro. São escolas que não funcionam à noite porque o traficante não deixa, locais onde se tem que pagar pedágio, escolas onde a brutalidade é tamanha, porque o Estado resolve recuar e só colocar sistema de segurança eletrônica, deixando levar o patrimônio público,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

ficando seis, sete meses, sem ser repostos. Essa é uma realidade que deve ser trabalhada com relação a essa questão.

Eu vou encerrar. Para ser bem claro com relação a essa triste realidade que vejo na minha Promotoria há algum tempo, quando eu passei na cidade de Jaciara, há 130km daqui, um garoto de 14 anos praticou um furto... Nesse caso, quando não há violência ou grave ameaça, o adolescente não é internado, pode-se receber prestação de serviço à comunidade ou remissão, que é o perdão. Para esse menino, deram a remissão, o perdão, porque era o primeiro ato infracional que ele praticava. Esse garoto não estava estudando, e comecei a aconselhá-lo, dizendo: Você tem que estudar, terminar o 2º grau, procurar uma profissão. Esse garoto respondeu-me o seguinte: “Doutor, por que o senhor quer que eu estude? Para que serve o estudo? Meu irmão estudou, fez o 2º grau, e o único emprego que ele conseguiu aqui em Jaciara foi para cortar cana”. Então, essa é uma dura realidade que nós vemos no dia-a-dia com relação à situação. Lembro aos senhores que, na época em que eu trabalhava lá, para se cortar cana, tinha-se que levar a família toda para cortar pelo menos doze toneladas por dia, porque por uma tonelada de cana cortada pagava-se para o cortador setenta centavos. Hoje, paga-se um real e vinte centavos por tonelada de cana cortada. Então, se isso não é escravidão, é o quê? Então, essa é a nossa realidade. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Natalício Menezes, que dispõe de três minutos; depois, passaremos a palavra à Brigite.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Boa-tarde a todos, principalmente para essa juventude bonita que está presente.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso ilustre visitante, o Deputado Federal de Minas Gerais.

Gostaria de parabenizar a Deputada Verinha Araújo pela Audiência.

Nós gostaríamos de falar aqui, Deputada Verinha Araújo, com relação à Lei nº 7.229, que trata do Primeiro Emprego no Estado de Mato Grosso. Se fosse possível colocar incluir os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços comunitários nesse Programa Primeiro Emprego do Estado...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só um informe já para você, depois o Deputado Reginaldo vai falar que isso já está sendo contemplado no projeto do Governo Federal.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Do Governo Federal sim, mas eu falo do nosso Governo Estadual que não tem. Estive olhando a lei e não tem. Então, gostaria de ver se é possível colocar, no mínimo, uns vinte por cento. Eu acho que o Dr. Zé Antônio concorda conosco, porque a Pastoral do Menor vem fazendo um trabalho junto com o Ministério da Justiça na questão da liberdade assistida e trabalhando com jovens em conflito com a lei, porque nós temos que responsabilizá-los, uma vez que é o único meio de combatermos a violência.

Com relação também, Deputada Verinha Araújo, à criação da superintendência especial da juventude, pelo qual o Fórum das Entidades vem já numa luta desde o ano 2000, e começou aqui neste Auditório, na época com o Deputado Gilney Viana... Encaminhamos na época para o então Governador Dante de Oliveira o pedido da delegacia de proteção e da superintendência. Nós temos aqui em Mato Grosso diversas superintendências, para a questão da soja, do algodão, enfim, várias, e a juventude parece que está meio esquecida, porque não tem nenhuma superintendência especial para a juventude. Nós vemos que os jovens já estão se mobilizando para essa questão. Nós convidamos vocês para participarem do nosso Fórum das Entidades de Defesa da Criança e do Adolescente. É importante vocês participarem do Fórum, participarem dos conselhos,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

porque é lá que são formuladas as políticas com relação à infância e à juventude, e assim vocês vão estar fortalecendo mais esse movimento.

Nós parabenizamos o SENAI pelo Projeto Pré-emprego. A FIEMTEC, Deputada, no ano de 2002, convidou a Pastoral do Menor para uma parceira. Nós encaminhamos doze jovens para lá, através da Sr<sup>a</sup> Maria Morais, para fazerem um curso de aprendizado gratuito de confecções, só que a maioria, infelizmente desistiu, porque nós não conseguimos na época subsidiar o transporte. Como eles eram muito carentes, vinham das comunidades carentes, dos bairros periféricos, e não tinha transporte, e na época a SETEC e outras mais não conseguiram nos fornecer o vale-transporte, muitos desistiram.

Para encerrar, gostaria que se fosse possível, Deputada, quem sabe a criação de uma lei de incentivo estadual para financiamento do estudo do curso superior ao jovem, porque nós vemos que a maioria ingressa nas universidades particulares, eu sou um exemplo disso, graças a Deus, venho de uma família simples, humilde, mas consegui, porque comecei a trabalhar com doze anos de idade. Eu acho horrível ter o meu registro na carteira com doze anos de idade. É por isso que sou contra o trabalho infantil. Comecei a estudar um pouco tarde, mas consegui fazer um curso superior, uma especialização, graças ao financiamento do estudo.

Então, quem sabe se o Governo não poderia estar financiando. É só revogar essa lei que isentou o ICMS dos produtos da cesta básica que não chegou ao consumidor, porque infelizmente os preços estão subindo, e investir mais no jovem, dar um subsídio para financiar o jovem. Não adianta nós querermos só o emprego, se o capital maior é o conhecimento. Então, nós deixamos essa indicação que quem sabe vai adiante.

Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Professora Brigitte, que é Diretora do SINTEP de Água Boa.

A SR<sup>a</sup> BRIGITE - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, professora Verinha. Como sindicalistas que somos, não poderíamos deixar de nos orgulhar por termos uma companheira professora.

Curiosamente, nesse mesmo espaço, hoje de manhã, tivemos uma Audiência Pública, em que pessoas não tão jovens defendiam não o direito ao primeiro emprego, mas o direito a sua formação para o emprego, porque muitas vezes não tiveram escolha de optar por esse ou aquele, mas eram profissionais da educação, da área dos funcionários, reivindicando a não-suspensão do seu curso de profissionalização Arara Azul, pessoas numa faixa de idade entre trinta e quarenta e cinco anos. E aqui logo à tarde nós discutimos o assunto primeiro emprego.

Não dá para decolar a discussão trabalho, qualificação de formação, sem inevitavelmente ter que falar em escola. Foi colocado aqui pela Mesa que só trinta por cento dos nossos jovens cursam o ensino médio. Convém ressaltar que no Estado de Mato Grosso o ensino médio é obrigatório. Mas mesmo assim nós só temos trinta por cento dos nossos jovens e adolescentes nas escolas.

A questão é: por que eles não estão lá? Onde eles estarão? Provavelmente, muitos deles estão trabalhando e sua jornada de trabalho não é oito horas. Não estão em condições de estarem indo para escola exatamente por isso. Muitos outros não têm acesso nem ao trabalho nem à escola. E que escola é essa que nós temos?

E aqui quero trazer uma preocupação que já foi trazida pelo Promotor, inclusive eu me senti extremamente contemplada com a sua fala, e até disse para o Plínio: eu acho que vou encerrar a minha inscrição, porque eu estou contemplada. Mas enquanto sociedade, nós temos que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

pensar na melhoria da qualidade dessa escola pública e também na questão de estar revitalizando os cursos de profissionalização, porque eles acabaram misteriosamente em função de que não cumpriam a sua função. Como não cumpriram, foram eliminados. Quer dizer, é assim que se resolve o problema? O nosso problema é ter o emprego? Qualquer emprego serve? Nós temos emprego para a sobrevivência? Nós não precisamos ser minimamente felizes na escolha daquilo que nós vamos fazer na nossa vida profissional? Eu penso que a escola tem que trazer esse direcionamento. Eu tenho que ser profissional não só por necessidade, por sobrevivência, mas também por vocação. Como nós vamos ter pessoas felizes e satisfeitas nessa sociedade, se não tivermos pessoas que se contemplem também através do seu trabalho, profissionalmente. Chamo atenção de que essa não é uma luta unicamente dos educadores, parece-me que hoje está assim, como um desejo só dos profissionais de Educação. Esse tem que ser, precisa ser, um desejo de toda sociedade, tem que ser uma política pública de um governo que não pode isolar a discussão. Sinto falta da Secretaria de Educação nesta Mesa, que pensa que trabalho e emprego têm a ver com educação e sociedade.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Professora Helena Bortolo, Presidente do SINTEP, subsede de Cuiabá.

Antes de conceder a palavra à Sr<sup>a</sup> Helena Bortolo, registramos a presença do Vereador Milton Ferreira Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Jaciara.

A SR<sup>a</sup> HELENA BORTOLO - Quero cumprimentar os componentes da Mesa, a Deputada Verinha Araújo que está coordenando a Mesa desta belíssima Audiência sobre o Programa Primeiro Emprego, os jovens, os nossos companheiros de diversas entidades, enfim, todos aqueles que se fazem presentes nesta plenária.

Primeira consideração, para falar do primeiro emprego, informação e desemprego, eu quero dizer que primeiro nós precisamos dar um basta, um repúdio à corrupção, ao crime organizado, aos envios de bilhões de reais e de dólares aos paraísos fiscais. Nós precisamos dar um basta! Esses recursos poderiam ser canalizados para acabar com a fome, para esse Programa Fome Zero, esses recursos poderiam ser canalizados para diversos programas na área social.

Portanto, companheiros e companheiras, em nome das entidades, eu faço um apelo. Nós precisamos dar um basta. Homens e mulheres honestos, dignos, comprometidos com a luta social e comprometidos com os meninos e meninas, com os idosos, nós precisamos fazer uma frente de combate à corrupção neste País, neste Estado. Portanto, eu faço um apelo: combate à corrupção, ao crime organizado, para que esses recursos possam ser canalizados à população que está excluída de todos os direitos.

Um outro ponto, como o Promotor José Antônio disse, nós estamos com uma representação no Ministério Público, tratando sobre a questão da violência nas nossas unidades escolares, principalmente aqui na rede municipal, tendo em vista o sistema de alarme eletrônico instalado nas nossas unidades escolares. A problemática é muito maior. Hoje, constata-se a questão da violência das quadrilhas que estão invadindo as nossas unidades escolares. Nós temos constatado que são jovens que estão atuando, infelizmente! Ou nós vamos ter políticas para que os nossos jovens, de fato, estejam dentro de nossas unidades escolares, para que os espaços nossos possam ser espaços onde os nossos jovens possam potencializar suas energias, espaços que tenham lazer, praças que eles possam utilizar para outras atividades que não seja a unidade escolar, espaços onde nós possamos potencializar as práticas de esportes. Esses espaços hoje estão desumanizados. Basta nós verificarmos nas periferias quais são os espaços que estão disponibilizados para os nossos jovens. Não é possível.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A violência, a criminalidade, está aumentando em função de políticas que não estão dentro das nossas unidades escolares e, muito menos, nos espaços onde a nossa população se concentra.

Eu queria colocar aqui um outro aspecto. Gostaria de trazer como proposta, em nível nacional, que a Secretaria de Educação, o Ministério de Educação, o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania precisam estar articuladas. Não é mais possível nós termos políticas completamente deslocadas.

Hoje, nós temos unidades escolares em todo o Estado de Mato Grosso que não oferecem o ensino profissionalizante no ensino médio, porque foi extinto no Governo passado e este Governo não tem nenhuma proposição, não tem nenhuma política para que nós possamos reverter isso. Ora, como é que nós vamos formar os nossos meninos e meninas para fazerem o enfrentamento no mercado de trabalho somente com o ensino médio que está sendo proposto, precário e sem as mínimas condições de qualificarmos para fazerem o enfrentamento? Ou melhor, nós estamos assistindo sabe a quê? A um mero aumento das estatísticas de que o Estado de Mato Grosso está avançando na sua escolaridade, só isso. Até porque nós estamos vivenciando essa situação de desqualificação, não nos basta termos o certificado do ensino médio, é preciso que nós tenhamos qualificação para enfrentarmos o mercado de trabalho.

Portanto, eu proponho, Deputada Verinha Araújo, que as secretarias estejam articuladas para que nós tenhamos programa de articulação, para que nós tenhamos um ensino profissionalizante nas nossas escolas de ensino médio; para que os CENFORs instalados, ou melhor, que não foram instalados ainda neste Estado, possam ser analisados na formação profissional também de nossos jovens.

Portanto, eu deixo essa proposta para que essas secretarias estejam articuladas e que desenvolvam programas não só do Ministério da Educação, mas do Ministério do Trabalho e do Ministério de Ciências e Tecnologia e aqui também do Estado. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Emídio de Souza, depois o José Carlos e por último o Rafael. São esses três.

Antes, porém, eu vou responder à Sr<sup>a</sup> Helena. Nós estamos com um Seminário do Fórum Estadual da Educação para articular rumo à Conferência Nacional de Educação a proposta de retomada dos cursos de profissionalização em nível de ensino médio, que essa seja uma bandeira nossa agora em relação ao novo Ministério da Educação e à Secretaria Estadual de Educação. Depois a professora pode responder sobre isso.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - Eu quero cumprimentar a Mesa e todos os presentes, na pessoa da Deputada Verinha Araújo.

Eu sou Emídio de Souza, presidente de uma associação de moradores de bairro lá da periferia.

As comunidades da periferia são as que mais sofrem por falta de atenção do Poder público. Eu acho que se os órgãos federal, estadual e municipal fizerem parceria, no sentido de resolver ou de atender a população, para a juventude seria muito mais viável. A população da periferia sofre muito. Muitas vezes, eles fazem inscrição na usina e 3% são contemplados, isso quando são contemplados. 90% praticamente não são contemplados, porque têm muitas dificuldades e, muitas vezes, não têm nenhum vale transporte para se deslocar.

Inclusive, hoje, eu irei protocolar um documento no gabinete da Primeira-Dama, na SETEC, solicitando também esse trabalho de cidadania, que a Secretaria possa atender a periferia de Cuiabá, com documentação, com oportunidade, conscientização. Isso é importante para a nossa comunidade, porque se existe muita criminalidade é por falta também de oportunidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu agradeço a iniciativa da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Riva, que desde 1999 está fuçando para que isso viesse a acontecer, e, principalmente, do Sr. Reginaldo Lopes, que muito bem nos representa no Congresso Nacional, como Relator. Que isso possa acontecer de verdade, mesmo porque o povo mato-grossense, o povo brasileiro está sofrendo, principalmente aquele povo da periferia que não tem a quem se apegar. É uma população sofrida, é uma população que não tem mesmo ninguém que possa representá-la com dignidade. E nós sofremos bastante como presidente de uma associação de bairro, porque toda cobrança da periferia vem primeiro ao presidente de bairro, que é mais próximo.

Seria essa a colocação. Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Isso aqui é um presente que eu ganhei. Não fiquem com inveja.

Com a palavra, o Sr. José Carlos do PSB. Depois, o Rafael, e depois a Enelinda...

A Srª Enelinda Scalla (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu também quero...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É meu, eu ganhei!

Com a palavra, o Sr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, cumprimentar os demais colegas aqui, agradecer a presença do Deputado Federal Reginaldo Lopes e, na pessoa do companheiro Alessandro, cumprimentar todos os presentes.

Antes que eu comece, eu fiz aqui um escrito, mas antes que eu o leia, eu quero deixar duas perguntas aqui. Uma para o Sr. Carlos Caetano: qual o critério, Sr. Carlos, que a SETEC está adotando para que o jovem possa obter esse microcrédito, tanto para o jovem quanto para a pequena empresa? E outra para o companheiro Alessandro: como conseguir, Alessandro, as informações para formação desse consórcio por trabalho comunitário? Eu gostaria depois que o senhor me explicasse.

Geremias, quero parabenizá-lo pelas suas palavras e pela preocupação que a CUT tem com essa lei. O senhor foi muito feliz em suas colocações.

Bom, começo minha fala, lendo um texto da nossa Carta Magna, que diz em seu Capítulo II, art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Nota-se, senhores, que o projeto que ora se discute nesta Casa de Leis está literalmente ligado ao texto que acabei de ler.

É chegada a hora de deixarmos as palavras bonitas, os discursos bem feitos, os projetos mirabolantes e partirmos para a prática singela, porém de resultados.

É chegado o momento em que ao invés de se falar, agir. Ao invés da teoria, a prática. Como diz a música *Massa Falida*, de Milionário e José Rico: “quando entrar o fulano e sair o cicrano será bem melhor, mas entra ano e sai ano e o tal do fulano ainda é pior”.

O que eu quero dizer com isso, senhores, é o seguinte: dhenga de esperar por quem quer que seja que irá administrar o nosso Município, o nosso Estado, o nosso País. Somos nós, as mudanças que o País espera. A hora é agora. O Deputado Riva disse há pouco que ele gostaria que a juventude participasse mais atenta dessas discussões. Nós estamos preparadíssimos, estamos empenhados. A qualquer momento que os órgãos representativos quiserem discutir, nós estaremos preparados para isso. Tanto é que a Comissão Mato-grossense da Juventude tem, no mínimo, uma reunião por semana. As pessoas que não possuem essa informação procurem qualquer um de nós, a Rúbia, eu, porque nós temos mais informações de datas das nossas reuniões.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Quando falamos em primeiro emprego, nós sabemos que se faz necessário. Inserir os jovens no mercado é indiscutível. Mais que inseri-lo, temos que mantê-lo lá. Para tanto, é indispensável uma educação de base. Quando eu falo em educação de base, refiro-me, praticamente e mais profundamente, ao profissional, ao profissionalizante, à qualificação do ser como profissional, com ótima qualidade. Para isso é necessário fazer investimentos e definir prioridades. A Comissão Mato-grossense da Juventude está empenhada em definir essas prioridades e em fazer o investimento mais correto.

Hoje, discute-se acirradamente o acesso à universidade. Será que não está havendo uma inversão? Será que não deveríamos estar mais preocupados com a qualidade da preparação para chegarmos os cursos de formação superior? É óbvio que não estamos deixando de lado a preocupação com a qualidade do nível superior e com a ampliação de vagas.

Esses e outros assuntos, nós deveremos discutir mais profundamente. Inclusive, que a cada reunião que a nossa Comissão fizer, daqui para frente, tenhamos essa preocupação de fazer discussões mais amplas.

Precisamos, urgentemente, criar políticas públicas de juventude, pois, como disse o nosso companheiro Paulo Sardinha, precisamos educar as crianças para que não seja preciso castigar os homens. Esta frase foi de Pitágoras, não é, companheiro?

Esse projeto da criação da Coordenadoria de Extensão da Juventude é um passo, porém muito acanhado. Precisamos de uma Secretaria para tratarmos de assuntos que, por muito tempo, vêm sendo motivo de discursos inflamados, profetizando que os jovens serão o futuro do Brasil.

Nós somos o hoje, tentando construir o amanhã. Estamos, cada vez mais, ceifando nossas vidas por não termos espaço em um País de grandezas mil.

Eu faço aqui um apelo aos nossos representantes que foram eleitos com a participação de 41% dos eleitores vindo da juventude mato-grossense que contribuem para criação da Coordenação Especial da Juventude em nosso Estado.

Ninguém conhece melhor os anseios da juventude do que ela própria. Ninguém melhor para dizer onde estão os problemas e as soluções do que a própria juventude. Por isso, faz-se necessário uma coordenação e mais uma secretaria.

Temos exemplos que funcionam, como São Paulo, Goiás, Tocantins e outros Estados que já deram esse passo. Eu tenho certeza de que será um grandioso avanço para a evolução da ética, consciência e dignidade dos jovens do nosso Estado.

Excelentíssimos senhores, nós precisamos fazer com que o cenário de hoje não passe a ser também o de amanhã.

Para terminar, quero que hoje a minha voz solitária seja o refrão da interminável busca de uma sociedade livre e justa, e, amanhã, apenas a lembrança de uma grande conquista. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ouviremos agora o Rafael Nascimento, e depois o João Ricardo que pediu um minutinho, depois a Professora Enelinda que também pediu, e depois passarei à Professora Aidê.

Nós pedimos que sejam objetivos, porque ainda a Mesa terá que concluir.

O SR. RAFAEL NASCIMENTO - Primeiramente, boa-tarde à Mesa, que cumprimento na pessoa da Deputada Verinha. Boa-tarde à plenária.

Há treze anos estive presente em um momento igual a esse e ouvi essas mesmas palavras

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

No decorrer dessa caminhada, ouço palavras dela, ouço discursos e ouço pronúncia. Vejo sorriso, vejo muitos levantarem a mão e gritar: Quero vencer! Eu vou lutar por isso. O que realmente ouvi é que a juventude, aquela que se diz ser juventude, se esquece do verdadeiro protagonismo. Como vou dizer do protagonismo, sem respeitar o que está ao meu lado e escutar o companheiro? Que protagonismo é a juventude que estamos construindo hoje, se não estamos lá sentindo no corpo e na pele o que se passa com ela?

Eu peço, Deputada Verinha... A superintendência da juventude é uma grande luta, mas, a partir do momento que começamos a dizer juventude, estamos começando a matar, estraçalhar a criança. Não se esqueça da criança. Por que não montar uma superintendência da infância e da juventude? Porque essa criança, antes de chegar a ser jovem, tem que mudar desde cedo. Real, sim, a criança, o adolescente o jovem é o foco da nossa nação. Mas para ser o foco da nossa nação, necessita ser respeitada.

Eu faço uma proposta, que a superintendência não seja somente da juventude, mas também da criança e do adolescente, que abra esse espaço.

Para fechar a minha palavra, que essa discussão seja realmente aberta à juventude, seja realmente discutida com a juventude, porque, quando se fala em juventude, quando se fala em Mato Grosso, não se trata só Cuiabá ou de pequenas localidades, trata-se de um Estado, que necessita ter respeitada a sua juventude.

Esta é uma oportunidade que nós não podemos deixar passar. Vamos lutar sim por essa secretaria, ou por essa superintendência da juventude, mas para isso, Deputada Verinha Araújo, abra o espaço para a juventude discutir, espaço amplo nas escolas, nas associações, nas pastorais e nas entidades que trabalham com criança e com adolescente, que aí sim estaremos discutindo a democracia e abrindo espaço para a criança ter vez.

Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Rafael, a Audiência Pública é para discutir essa questão, foi anunciada a todas as escolas.

Com a palavra, o Sr. João Ricardo.

O SR. JOÃO RICARDO - Bom, eu tinha cedido a minha fala para que fosse lido um documento que foi feito pela Comissão Mato-grossense da Juventude da qual eu faço parte, mas como, durante as falas, várias coisas foram ditas aqui... Eu quero de forma rápida endossar algumas coisas que foram ditas com relação à questão do jovem, com relação à educação do nosso País. Existe hoje uma discussão, inclusive aqui no nosso Estado, sobre fazer reservas de vagas na universidade, sobre nós fazermos uma série coisas para remediar um problema.

O que falta é discutir alguma coisa para curar esses problemas sociais, que são ocasionados hoje principalmente aos jovens estudantes, que não têm condições de chegar ao mercado, porque não têm qualificação para isso. E não tem porque desde a escola pública, desde o começo a escola pública hoje não oferece qualidade. Eu creio que não seja porque os professores não queiram, mas porque não existe o investimento necessário, como existe em vários outros países, onde o estudo é visto como uma coisa prioritária. Se em nosso País a educação não for vista dessa mesma forma, não adianta virmos falar em emprego se não falarmos em educação antes, porque se não houver qualificação, esse jovem não vai conseguir disputar esse emprego com outro jovem que está mais qualificado. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Professora Aidê, depois a Vereadora Enelinda Scala. Aí encerramos e passaremos à Mesa.

A SR<sup>a</sup> AIDÊ FÁTIMA DE CAMPOS - Boa-tarde a todos e a todas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu estou representando a Secretaria de Educação e gostaria de colocar bem rapidamente o que nós pensamos a respeito de educação.

Sabe-se que vivemos profundas mudanças no mundo do trabalho e que essas mudanças não são pontuais. Elas enfrentam questões bem mais complexas advindas do mundo capitalista que é exposto, e que há uma falácia muito grande a respeito. Nós percebemos isso muito na fala das pessoas até mesmo em livros que nós lemos, a questão de atrelar à educação a empregabilidade das pessoas. Ou seja, você determinar à educação a questão do cidadão está empregado, não só à educação, como também à pessoa. Nós temos que ter clareza que não é papel da educação a questão da empregabilidade. O papel da educação é estar garantido fundamentos científicos, humanísticos com a base bastante consistente, para que o cidadão, de posse desses fundamentos, tenha condições de inserção no mundo do trabalho. Mas para isso, tem que se estar garantindo políticas de geração de emprego e renda.

Eu gostaria de parabenizar os mentores desse projeto. Acho bastante importante, até porque nós vivenciamos nos últimos anos a questão da responsabilidade tão-somente da educação profissional para que o trabalhador se veja empregado.

Com relação ao CENFOR, eu gostaria de colocar, apesar de não ter representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que os CENFORs estão em funcionamento, o CENFOR de Rondonópolis, de Barra do Garças, de Sinop e de Alta Floresta. Eles estão em funcionamento desde o ano passado, porém não são suficientes. Temos que reconhecer que a oferta hoje garantida naquelas reuniões não está sendo suficiente para atender toda a demanda. Nós queremos que os jovens, que as pessoas da sociedade também se organizem no sentido de cobrar políticas públicas mais pontuais com relação à formação profissional no Estado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Vereadora Enelinda Scala.

Eu recebi aqui um bilhete do Gilberto, para que fosse disponibilizada a oportunidade de um jovem fazer uso da palavra, por três minutos. As inscrições estarão abertas para quem quiser se pronunciar...

Eu gostaria de ouvir depois, se fosse possível, alguém do programa do SENAI, se quiser se pronunciar aqui, até porque eles ficaram aqui do início até o final. Eu, mais uma vez, quero agradecer a participação de vocês aqui hoje. Espero que tenham aproveitado bastante aqui o nosso debate hoje.

A SR<sup>a</sup> ENELINDA SCALA - Se achar necessário que eu conceda o meu tempo a eles, eu concedo.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Vereadora Enelinda Scala. Logo após, a nossa companheira vai falar pelos jovens.

A SR<sup>a</sup> ENELINDA SCALA - Então, vai ser aberto o espaço para eles, não é?

Boa-tarde a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar todos da Mesa, na pessoa da minha querida companheira de luta e do nosso querido Deputado Federal Reginaldo Lopes, que veio de lá para nos trazer essa boa nova. Gostaria de estar aqui só pensando um pouquinho: Que angústia que nós vivemos, não é, Deputado? Nós, Parlamentares. Vocês não imaginam o que é no nosso gabinete, diariamente, a peregrinação! Eu tenho pastas e pastas de pessoas que vão pedir trabalho, até porque pensam, olham para o político e acham que nós temos uma varinha mágica, uma varinha mágica com o poder mágico de resolver tudo e plim, dar conta!

Meus queridos jovens, eu penso que para qualquer Governo do planeta, não é só do Brasil, do Governo brasileiro, seja em nível federal, estadual ou municipal, o maior desafio do

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

nosso mundo hoje é essa questão de postos de trabalho, porque nós temos nos dias de hoje a ciência e a tecnologia, que tiram postos de trabalho. Nós temos uma população crescente, apesar de nos países da Europa haver uma reversão, tendo uma população increscente. São milhões e milhões de pessoas sem postos de trabalho, ao mesmo tempo em que nós temos instituições educacionais que não conseguem acompanhar essa realidade, mesmo com todo ideário pedagógico não conseguem chegar. É uma luta, temos que correr atrás, porque há realmente necessidade de políticas. Nós vamos ter que decidir. A China tem setores onde não entra maquinário para ter postos de trabalho. Lá tem que ficar a agricultura daquele jeito para poder todo mundo trabalhar.

Então, nós vamos ter que ter grandes decisões políticas regionais, setoriais, para que nós possamos ter postos de trabalho, mesmo com o avanço da ciência. Então, eu só estou querendo partilhar com vocês que eu não tenho a varinha de condão e nem a palavra mágica, eu não tenho. Eu só tenho uma preocupação profunda. Acho que nós temos que colocar a cabeça para funcionar. Esse aqui é o começo que o nosso Deputado veio trazer.

Deputado, hoje, estavam as pessoas falando assim: Já pensou se os empresários começarem a dispensar os antigos só para pegar os novos! E o nosso Deputado aqui, o Geremias - já falei que você é o novo Deputado, querido - colocou essa preocupação, que eu partilho demais também.

Então, nós todos vamos ter que ser muito vigilantes nesse processo do primeiro emprego junto a todo empresariado aqui do nosso Estado e da nossa cidade. Enfim, eu só estou querendo partilhar e cumprimentar por esse debate. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a jovem Ana Paula da Silva Melo.

A SRª ANA PAULA DA SILVA MELO - Boa-tarde a todos.

Eu faço parte do Pré-emprego. Mudou muito a minha vida. O projeto está dando oportunidade aos jovens, que já vêm de uma geração cheia de problemas, que vêm acarretando muitos problemas. Vamos dizer que é difícil hoje ingressar no mercado de trabalho. Eu só tenho uma dúvida que eu queria perguntar para a senhora: se no primeiro momento só vai ficar no papel. Porque lei no Brasil é feita só no papel, não passa... Vamos supor, temos o primeiro programa, depois encerra ali mesmo, porque atrás de nós existem mais jovens qualificados. Precisamos, sim, de uma qualificação. Temos bastante emprego, mas temos bastantes pessoas desempregadas, precisamos nos qualificar. É isso que eu quero saber.

Tenham uma boa-tarde (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Parabéns!

A pergunta dela vai ser respondida pelo Deputado Federal Reginaldo Lopes e pelo nosso companheiro Alessandro, que é do Ministério do Trabalho.

Vocês vejam que é um jovem, está aqui comprometido com o conteúdo, fez uma bela fala também. O nosso Deputado Federal também é jovem, estamos afinados. Também o Carlos Caetano que é da Secretaria Estadual vai falar disso.

Eu sugiro a vocês que façam um debate lá no SENAI com a Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Cidadania para falar dos programas. Nós iremos lá com vocês levar o projeto do Governo Federal.

Quero dizer uma coisa para vocês: o que está no papel está sendo formulado, mas podem deixar que isso nós vamos defender, tem que acontecer. Esse, a nível inicial, nós vamos defender para começar, e a idéia, depois eles vão dizer que não é só para este ano, ela vai até 2006, como isso vai ser ampliado, eles vão falar agora para vocês terem essas informações.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu vou começar pelo contrário, vou começar pelo Dr. Gilberto que é do SENAI, para ele fazer as suas considerações finais; depois o Carlos Caetano; o Alessandro; e depois o Deputado Federal Reginaldo Lopes. Se alguém da Mesa quiser a palavra para concluir, sintam -se à vontade.

Com a palavra, ao Sr. Gilberto Gomes Figueiredo.

O SR. GILBERTO GOMES FIGUEIREDO - Deputada, eu quero apenas agradecer a oportunidade de estar aqui, de trazer um pouco da nossa preocupação e experiência nessa área e de responder um questionamento feito pelo Deputado Riva, quando ele disse que gostaria que tivesse milhares de jovens aqui a bordo. Eu diria que os mais de 500 jovens que estão hoje no Projeto Pré-emprego só não estão aqui porque nós iríamos ocupar todo o espaço e iríamos privá-los de participar de um evento como este. Todos os 500 jovens gostariam de estar aqui debatendo, mas nós selecionamos apenas alguns para que estivessem aqui. A grande maioria está em sala de aula, até para se qualificar na busca de uma nova vaga.

Quero novamente reforçar que o SENAI está à disposição, tanto para debate como para atuação efetiva de ações práticas que possam ser implementadas de imediato, no sentido de minorar essa deficiência de qualificação, já que o próprio SINE do Estado de Mato Grosso recentemente divulgou uma estatística bastante ruim, quase que 50% das vagas disponibilizadas não são preenchidas justamente pelo fator falta de qualificação. Em algumas áreas esse indicador é pior ainda, chega a 70% das vagas não sendo utilizadas. Nesse sentido, eu acho que os programas de qualificação têm que estar voltado para a nossa vocação regional, principalmente buscando encurtar essa distância entre a vaga disponível e o sucesso do candidato, quando a procura. Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Carlos Caetano, da Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Cidadania.

O SR. CARLOS CAETANO - Respondendo a questão da aluna, a nossa parceria com o SENAI vem ao encontro do que ela colocou. A nossa preocupação não é apenas propiciar a qualificação, quando firmamos essa parceria com o SENAI. Nós temos a preocupação real de colocar os jovens no mercado de trabalho. Isso nós estamos fazendo através do SINE. Temos hoje o apoio de quarenta e uma empresas que já se prontificaram a abrir vagas para adesão desses jovens. No próximo dia 05 haverá o encerramento do curso e, conseqüentemente, nós já temos algumas vagas garantidas. Estamos trabalhando no sentido de aumentar esse número de vagas, para que todos tenham a oportunidade sim de estarem empregados. Essa é a nossa idéia. Para o ano que vem, nós temos um contingente maior de jovens a ser capacitado e, conseqüentemente, também uma busca maior para que vocês obtenham, com certeza, o espaço de vocês dentro do mercado de trabalho.

É uma preocupação da Srª Secretária, é uma preocupação do Sr. Governador, fazer valer não só o que nós estamos escrevendo, mas principalmente fazer valer, de verdade, aquilo que nós estamos colocando. É um comprometimento assumido em campanha e está sendo aplicado com todos os seus desejos.

Nós, enquanto colaboradores das secretarias afins, não estamos medindo esforços para que consigamos essa real participação dos senhores. Com isso vocês podem ficar tranquilos, porque a Secretaria realmente está lutando para que vocês tenham um espaço. Não vale aqui apenas a formação. Eu concordo plenamente com os senhores de que nada vale darmos a qualificação, se nós não garantimos a expectativa que é criada do emprego. É importante, sim, que a Secretaria assuma aquilo que está sendo colocado.

Com relação ao questionamento do nosso colega sobre o microcrédito, temos a dizer que esse microcrédito está sendo implementado hoje em dez municípios do Estado e que está

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

aberto aos jovens a partir de dezoito anos também. O jovem também pode se utilizar desse microcrédito. O microcrédito não é voltado especificamente para o jovem, mas o jovem a partir de dezoito anos, Deputada Verinha Araújo, pode sim estar usufruindo desse microcrédito. Por exemplo, ele tem uma habilidade em computação, ele tem um computador, mas precisa de um outro periférico, de um outro programa para executar determinados trabalhos, então, ele pode sim estar tomando empréstimo desse microcrédito para ampliar o seu trabalho ou agregar mais pessoas, mais jovens que queiram praticar. Então, ele está aberto.

Agora, um outro dado muito importante, que talvez o Deputado possa falar um pouco mais também, é que o Governo Federal criou, através da Resolução 339, o financiamento para o empreendedor, para o jovem empreendedor. É muito interessante esse programa, que oferece um financiamento de até R\$10.000,00 por participante. Chega uma cooperativa, ou seja, se vocês, jovens entre dezesseis e vinte quatro anos, tiverem uma cooperativa, pode-se obter empréstimo de até R\$100.000,00. Os juros são subsidiados. E aí vem um detalhe importantíssimo - a Secretaria hoje está fazendo um esforço muito grande no sentido de aguardar o lançamento real desse programa para que possamos sair às ruas, Deputada -, que é a questão do aval. Esse é o principal empecilho que nós temos para geração, para tomada desses financiamentos, e o Governo Federal não ficou aquém das expectativas. Ele lançou esse programa sem o aval, ou seja, os tomadores de empréstimos não precisam apresentar aval para a tomada desse empréstimo. É realmente um programa inovador, o Governo Federal tem mostrado, tem dado o total apoio no sentido de que possamos estar desenvolvendo os trabalhos em nível de Estado. Então, esse programa é um programa muito bem elaborado, muito bem trabalhado e que vai, com certeza, premiar diversas pessoas, diversos grupos, segmentos, associações, cooperativas, no sentido de geração de renda.

Com certeza, esse programa vai ser trabalhado com as instituições financeiras oficiais que são o Banco do Brasil, o BASA e a Caixa Econômica Federal. Nós estamos fazendo já uma parceria com o Banco do Brasil nesse sentido, de trabalharmos esse tipo de empréstimo disponibilizado pelo Governo Federal.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só uma pergunta para o senhor responder: no caso do jovem que queira entrar nesse programa, ele deve procurar as agências bancárias? Como é que faz?

O SR. CARLOS CAETANO - Olha, Deputada, nós estamos ainda costurando uma situação com o Banco do Brasil e com as outras instituições para que a SETEC seja a intermediária dessa negociação via SINE, ou seja, nós temos um SINE que é o intermediador de mão-de-obra. Nós temos dentro do SINE... A nossa intenção agora é propiciar a criação de uma sala do empreendedor, onde estaremos fazendo esse trabalho de intermediação entre os tomadores e os jovens.

Vamos citar um exemplo aqui para ficar mais claro, Deputada. Se cinco jovens resolverem montar uma pequena empresa, instituir uma pequena empresa com os conhecimentos adquiridos, querer prestar serviço, enfim, eles iriam até o SINE, iríamos orientá-los em todos os sentidos na formatação de um projeto, como buscar esse dinheiro, de que forma estarão tendo acesso a esse dinheiro, levando-os ao Banco do Brasil já com a formatação, ou seja, simplesmente vão levar ao Banco do Brasil um trabalho já realizado pela SETEC. É essa a nossa intenção e estamos terminando de costurar essa situação com o Banco do Brasil, para que possamos... Não que o jovem... É difícil a pessoa física ir até uma agência bancária e fazer determinados trabalhos. Então, a intenção da SETEC é filtrar tudo isso e possibilitar que ele tenha o acesso direto. Nós vamos intermediar todo esse trabalho.

Também, temos uma outra preocupação. A pessoa foi embora, mas só quero destacar... Nós vamos executar também os trabalhos itinerantes para alcançar os bairros periféricos,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

no sentido de propiciar documentações e também a identificação de postos de trabalhos, além de identificar os perfis dos trabalhadores de cada bairro, dentro do nosso Estado. Nós vamos, de início, fazer esse trabalho dentro de Cuiabá, nos bairros periféricos e, posteriormente, isso será estendido a todo o Estado.

Uma das posições muito importantes do nosso Governador e da nossa Secretária é que todos os programas lançados em nível de Cuiabá se estendam para todo o Estado. É uma intenção. Toda e qualquer ação que seja implementada em Cuiabá vai ser lançada para o Estado, porque no entender do Governador, e no nosso também, há muito tempo, não só Cuiabá e a Grande Cuiabá merecem isso, mas o Estado tem trabalhadores, o Estado todo tem dificuldades e temos que tentar minimizar de todas as formas nos nossos municípios.

Outro detalhe da qualificação, nós também temos uma preocupação, e o Governo Federal, mais uma vez, mostrou essa preocupação através do novo Qualificar, que hoje é chamado do PNQ - Plano Nacional de Qualificação, e no Estado é PLANTEC. Quais seriam as mudanças primordiais e fundamentais que foram instaladas? Os cursos até então, eu concordo com o Gilberto, porque eu ministrei cursos do Qualificar no SENAI, e nós tínhamos essa criticidade para falar que os programas muito pouco serviam para a formação de qualificação. E o Governo Federal, quando assumiu o Governo, o Presidente Lula, com a sua equipe, formulou nova metodologia, e uma das principais é a carga horária de cada curso, que passa a ser de cento e setenta horas. Isso é significativo, porque nós teremos tempo hábil para realmente estar formando, não podemos dizer que daremos uma formação abrangente, mas, com certeza, nós iremos melhorar, e muito, as pessoas que passarem pelo curso de qualificação.

Mais uma vez, o Governo Federal aponta os caminhos pelos quais ele está querendo a inclusão social, através da qualificação. É claro, não podemos dizer que é apenas a qualificação social, que a qualificação em si vai garantir a empregabilidade, longe disso. Mas nós queremos dizer que ela é um caminho, é uma vertente, que pode sim propiciar a essa pessoa qualificada com um maior tempo, com uma metodologia diferenciada, um espaço maior dentro do mercado de trabalho.

Há também um outro detalhe muito importante. Foi colocada a questão do trabalho com os menores infratores. Nós temos um programa que estamos fortalecendo agora, que será desenvolvido no Pomeri, que é exatamente voltado para aqueles jovens infratores que estão lá, e também, em conjunto com a família. Nós não queremos atingir só o jovem presente ali, mas sim a família, para que possamos fazer o resgate disso tudo. Não basta nós trabalharmos com os jovens. Nós temos que fazer um trabalho para que a família também seja resgatada e consiga ser incluída dentro de um contexto social. Hoje não só o jovem está totalmente excluído, mas a família está excluída disso. Então, a nossa idéia é fazer um trabalho casado, o jovem e a sua família.

Um outro ponto muito importante é a questão do estágio que foi colocada. Nós temos um programa diferenciado, que no ano que vem será trabalhado. Nós temos a disponibilização de vagas que são outros critérios que serão colocado em práticas no ano que vem e que vai premiar a colocação de jovens de 16 a 24 anos dentro do Estado de Mato Grosso, em todas as suas secretarias, em todos os seus departamentos.

Eu gostaria de agradecer a participação. Qualquer dúvida ou questões que vocês queiram levantar, nós da SETEC estamos à disposição. Queremos mais uma vez reforçar que a preocupação que vocês têm é a preocupação também da Secretária e do Governador. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Alessandro Leon.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. ALESSANDRO PONCE LEON - Eu quero agradecer a oportunidade de poder informar a juventude, as organizações, os governos, da melhor forma possível, sobre um projeto de lei que está sendo aprovado, não como medida provisória, apesar de que queríamos passar pelo crivo dos Deputados e Senadores em tempo recorde.

Responderei algumas perguntinhas bem rapidamente, porque o pessoal deve estar cansado.

A primeira questão é do Geremias, com relação à flexibilidade do estágio. O Ministério do Trabalho, através do Professor Almerico, está apoiando a resolução do Ministério da Educação de endurecer a lei do estágio e o controle sobre esse processo, para não haver a precarização e a má utilização da lei do estágio como hoje ocorre.

A segunda questão é a lei de aprendizagem. O jovem aprendiz recolhe menos FGTS. Para contratação de jovens de 14 a 18 anos, de 5% a 15% é das empresas. E é obrigação das empresas contratarem. Isso não tem fiscalização correta. O Ministério do Trabalho está fazendo uma grande convocação, não só através das Delegacias Regionais de Trabalho, mas através das comissões de trabalho e das organizações de juventudes para que comecem a fiscalizar ou cobrar das empresas o efetivo cumprimento da lei.

Segunda pergunta, sobre a questão do consórcio social. O consórcio social que está colocado de forma muito tênue, é um instrumento que eu considero revolucionário, é um programa chamado Espaço da Juventude. Nesse ano serão cinco espaços, no mínimo, e a expectativa é de atendimento de dez mil jovens em cada espaço. Nesse primeiro momento, são tocados nas regiões metropolitanas das grandes cidades. E como ele funciona? É uma rede de ONGs que se organizam como consórcios. O que significa isso? Significa que não vai ser aparelho de ninguém. Significa que vai ter gente de várias tendências, diversas organizações, que já fazem trabalho com jovens, com crianças, adolescentes, incluindo organizações de juventude, de mulheres e racial, a questão dos negros. O objetivo é democratizar o acesso à informação e ao recurso público, por isso que a idéia é que não seja uma ONG e sim um grupo de ONGs. Em Brasília são sessenta ONGs que estão dentro desse processo, existe uma coordenação mínima de três a dez ONGs e uma ONG âncora que recebe o recurso. É uma ação interministerial, recebe recurso da Educação, Meio Ambiente e Trabalho. Cabe aí também ao Governo, às instâncias institucionais ajudarem a juventude a se organizar para poder cobrar isso, porque só vai chegar a Cuiabá se houver pressão, se houver demanda. Se a juventude não trabalhar coesa num processo desse, podem ter certeza de que está fora, não vai contar só com os canais normais porque os canais normais são bem complexos. Entra num trabalho comunitário, são 150 reais por contratação de jovem por seis meses, para qualificação e preparação.

O terceiro e último foi colocado por um companheiro que saiu. Eu acho que ele falou que desde os 13 anos de idade escutava palavras como estas, bonitas e tal. Eu diria que atrás das palavras tem 90 milhões para trabalho comunitário, 250 milhões para emprego, 100 milhões para crédito, 27 milhões para qualificação para crédito, mais de 200 milhões para qualificação. 50% das vagas de qualificação do Ministério são para o público jovem. Bom, eu acho que isso responde para ele e ajuda a nossa amiga também a responder esse processo, a nossa amiga que está no Projeto. A lei só sai do papel se ela tiver recursos, e recurso depende de mobilização política e depende de vontade política. O Governo está fazendo uma parte. Agora, é evidente que vamos enfrentar dificuldades, porque na hora que o dinheiro cair, vai cair para o de sempre. Ou se organiza uma nova rapaziada que esteja interessada em discutir o processo para se inserir nos processos de desenvolvimento, ou todo mundo vai ficar a reboque de novo. E aí a juventude tem uma vantagem

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

comparativa só que eu gostaria de deixar consignada aqui, que é a questão da informática, da *Internet*.

Os assessores comunitários, os líderes comunitários hoje em dia nos grandes centros, que antes eram aqueles que traziam a cesta básica, levavam o emprego do deputado, não sei o quê, hoje, são os monitores de informática das comunidades. Dentro das comunidades carentes criaram uma rede em que se discute vários temas. Um dos temas que discutiram, até parece inóspito, alguém sabe o que é bonsai? Bonsai é aquela arvorezinha japonesa que o pessoal corta. Os garotos da comunidade fizeram uma página lá de bonsai, se organizaram, criaram uma cooperativa e hoje tem gente de dez comunidades do Rio de Janeiro trabalhando em ONGs diferenciadas, exportando bonsai. Então, aonde nem parece que tem mercado recurso aparece.

E a mensagem final, concordando com a professora que colocou que a educação não pode ser uma coisa somente, e aí é uma questão pessoal minha, não tem nada com o Ministério, não é somente com mercado de trabalho, a educação também é do mercado, mas eu acho que os jovens e cada um dos jovens, tanto o jovem que está mais na ponta quanto o jovem da vanguarda, que está discutindo a política pública, tem que descobrir a sua oferta social, a educação para a vida. E oferta social passa pela vocação, pela busca do chamado, o grego *vocaire*, que é a vocação para o chamado do processo. Dentro dessa perspectiva, eu estive com Felipe Gonzales, na Espanha, e ele colocou essa questão da oferta social como a chave do desenvolvimento de um país. Quer dizer, um jovem buscar o que ele pode fazer melhor na sua comunidade, no seu emprego, no seu estágio, porque repetir o que já vem sendo feito, a geração que está no poder vai fazer com os amigos. E não é por mal, é porque foi forjado numa luta duríssima, numa militância pesada e não vai fazer com o garoto que chegou agora, vai fazer com uma pessoa que militou durante anos ao seu lado. E é normal que ocorra isso. Se nós repetirmos os mesmos processos e as mesmas conotações, vamos ficar atrás. Então, o que nós podemos ofertar de melhor em cada espaço que estamos atuando? E esse diferencial, com certeza, irá colocar a juventude no seu devido lugar. Obrigado novamente pelo convite (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só quero dizer que o Alessandro irá amanhã, somente às 11:00 horas. Então, quem quiser fazer uma agenda com ele, mais específica, ele estará à disposição. Eu nem o consultei, mas já estou socializando. Eu já falei para ele combinar com a SETEC, com o SENAI, porque ele está no Ministério e eu sei que talvez o pessoal queira fazer um bate-papo à parte. E para quem é do PT, hoje, às 19:30 ele estará lá na sede do Diretório Regional. Já fica o convite.

Eu vou conceder um minutinho para a Rúbia Nara e um minutinho também para o Geremias dos Santos. Depois, o Reginaldo vai encerrar.

A SR<sup>a</sup> RÚBIA NARA – Primeiro, eu quero dizer que a Comissão Mato-grossense da Juventude está aberta para quem quiser participar. Ficaram algumas pessoas fora desse processo que nós iniciamos. Nós pedimos desculpas. O companheiro Rafael foi convidado, mas não participou porque não teve boa vontade. Portanto, fica aqui o nosso convite ao pessoal do SENAI que queira ingressar na Comissão. Está aberto o convite a todos os presentes que queiram vir. Procurem-nos, qualquer um da Comissão que esteja aqui, para que nós possamos pegar o endereço de vocês ou o telefone para entrarmos em contato, para que nós possamos fazer uma reunião com todos os jovens presentes.

Vamos convidar também a Deputada Verinha Araújo. Temos que agradecer muito o convite ao Alessandro e ao Deputado Reginaldo. É muito importante que nós tenhamos reuniões e mais reuniões como essa para debater o problema da juventude.

No mais, muito obrigada pela participação de todos (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA**  
**02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada. Com a palavra, o Sr. Geremias dos Santos.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS - Obrigado, Deputada Verinha Araújo, por essa tarde importante com os companheiros da Mesa e com a juventude, o pessoal que está no projeto do SENAI.

Nós estamos à disposição para falar sobre a CUT, sobre o papel da CUT e também para falar sobre o sindicato. Se vocês não estão tendo uma disciplina sobre sindicatos, nós estamos à disposição para ir lá, conversar com vocês e orientá-los para que, quando conseguirem um emprego, a primeira coisa seja ir ao sindicato para se sindicalizarem.

Faço um convite a todos aqui para os dias 09 e 10 de setembro, semana que vem, quando vai acontecer a Conferência Estadual do Trabalho, em que se discutirá a reforma sindical e trabalhista. Será um momento importante para todos os trabalhadores, principalmente para a juventude. Nós vamos tentar, em nível de CUT, mudar essa legislação sindical que tem cerca de 70 anos. Nós achamos que está no momento de mudar, principalmente com o objetivo de melhorar ainda mais a organização dos trabalhadores e manter os direitos conquistados pelos nossos antepassados trabalhadores e por nós que estamos numa luta de dez anos, resistindo pela manutenção desses direitos.

Obrigado, Deputada Verinha Araújo. Obrigado a todos (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dias 09 e 10. Agora, para finalizar, o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES - Primeiro, quero fazer um convite. Nos dias 23 a 25 de setembro, em Brasília, nós vamos organizar a Primeira Semana Nacional de Políticos da Juventude. Vai ter vários debates, sobre o que é ser jovem, sobre as políticas no Brasil para juventude, e um terceiro debate sobre a construção da metodologia para elaborar o Plano Nacional de Políticas para Juventude, que é o objetivo da nossa Comissão.

Desde o início do mandato, desde o início da Legislatura, nesse ano, em fevereiro, nós estamos discutindo isso, através da Câmara dos Deputados, onde criamos uma Frente Parlamentar em Defesa das Políticas para Juventude e depois nós criamos, com o apoio do Congresso Nacional, a Comissão Especial de Políticas para Juventude. A intenção nossa, ainda esse ano, é construir esse Plano Nacional de Políticas para Juventude. Um plano que teria meta de dez anos, em que se estaria comprometendo receitas do Estado, União e Município. A intenção é apresentar esse plano nacional no final do ano, no dia 11 de dezembro, na última reunião do ano letivo. No próximo ano nós vamos discuti-lo com a juventude, com a comunidade, com a sociedade, para tentar transformá-lo em projeto de lei para ser aprovado no Congresso Nacional. Nós acreditamos ser um instrumento importante da juventude. Será a grande referência para as disputas municipais, porque as políticas são implementadas nos municípios. Os entes mais importantes do Estado brasileiro, na minha opinião, são os municípios, porque é onde nascemos, moramos, trabalhamos, casamos e criamos nossa família.

Nós estaremos elaborando, para o segundo semestre de 2004, o Estatuto dos Direitos da Juventude, que, na nossa avaliação, é uma continuidade do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente. A intenção é ampliar essa faixa etária, atender a juventude na faixa etária dos 20 anos, para fazermos um debate dos direitos. Eu acho isso interessante! No Brasil há alguns marcos regulatórios com relação aos direitos da juventude, mas nós temos que ampliar esses marcos e colocar na perspectiva do direito.

Eu acho isso importante para que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso crie uma Comissão Especial para elaborar o Estatuto Estadual dos Direitos da Juventude, o marco

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

regulatório do Estado. Eu acho que a Comissão Mato-grossense da Juventude tem que participar do seminário. Eu acho isso importante. Nós vamos realizar esse seminário em um auditório grande, que é o Auditório Petrônio Portela para não passarmos vergonha com os nossos convidados. Haverá vários convidados da França, de Portugal, do Equador, do Chile, que já têm Ministério da Juventude. Quem organizou o Plano Nacional da Cataluña, na Espanha, estará presente, a Associação Íbero-americana da Juventude também. Então, será muito interessante. Haverá o debate, depois teremos os painéis, com várias ONGs e governos que implementam na prática a política da juventude, e encerraremos com testemunhos. Vai ter palestra, painel e testemunho. O testemunho será dado por jovem que atua na defesa da juventude. Será interessante. Eu gostaria de ver todos vocês lá.

Na verdade, eu acho que não houve perguntas. Houve manifestações, vamos dizer assim. Então, eu vou responder a algumas manifestações.

Por que não ampliamos para o 2º grau? Primeiro, por restrições orçamentárias. Para esse ano, de concreto, há 139 milhões e serão atendidos 155 mil jovens; no ano que vem 265 mil; depois 300 mil; no último até 500 mil jovens. Não se colocou o 2º grau porque uma pesquisa feita pelo Ministério e o BNDS, entrevistando as empresas, mostrou que 80% das empresas procuram no mercado trabalhadores que têm o 2º grau completo. Então, o que iria acontecer? Se fosse colocado 2º grau completo, como há restrição orçamentária, o jovem de renda familiar baixa e de baixa escolaridade pouco provável seria contratado. Então, esse projeto está focalizado no jovem de baixa escolaridade e de baixa renda familiar. Esse é o objetivo do projeto. E, também, sendo público que as empresas procuram jovens com 2º grau e jovens com cursos superiores incompletos, também aumentaria o efeito substituição. Ou seja, trocar seis por meia dúzia, desempregar o pai e empregar o filho. Então, o projeto tenta colocar algumas travas para não ocorrer essa substituição. Uma delas é ter feito opção pelo público que não é selecionado, que não é contratado, para trabalhar nas empresas. Então tem essa estratégia, vamos dizer assim.

Eu acho que sobre violência há um debate interessante. Quando falamos de direitos da juventude, 90% das manifestações são educação e trabalho. Quando alguém defende que tem que ter uma política para a juventude, faz o discurso da violência. No início, quando eu fiz o requerimento para criar a Comissão Especial, eu também coloquei a violência como justificativa. Mas eu quero dizer que, depois de seis meses de debates na Câmara dos Deputados, eu não concordo que política pública da juventude tem que ser feita para conter a violência, mesmo porque nós temos que ter um novo entendimento sobre a violência. Por que o jovem é violento? Eu acho que nós podemos fazer um estudo que desde criança ele é boicotado, desde criança ele é reprimido. O jovem não se manifesta. A violência, na verdade, não consegue ser canalizada pela fala do jovem. Há várias pesquisas, e nós fizemos várias audiências que mostram que só tem uma figura que o jovem respeita, que é a mãe. Não respeita nem o pai. Olha que, em comparação ao pai, às vezes, a mãe já praticou muito mais violência, mas a mãe é aquela que abraça, que dá afeto. Nós temos que entender por que o jovem... Eu acredito que todos os jovens da sociedade são vítimas da questão da violência. Quer dizer, nós temos que fazer um entendimento diferenciado e um novo debate.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é sobre a questão que o jovem é o futuro. Alguém colocou aqui e isso é verdade. Essa lógica do entendimento de que o jovem é o futuro, deixou para o futuro as políticas públicas, ou seja, o futuro do jovem. O Alessandro Leon colocou muito bem e vários educadores colocaram aqui a questão da educação. E eu acho que tentar dizer entre o “p” e o “c”, porque confundem muito... Até parece que o conhecimento não tem nenhuma utilidade, se ele não conseguir emprego.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

Então, o Leon colocou que nós temos que fazer esse debate, que é uma questão da educação para a vida mesmo. E também, ao mesmo tempo, não considerar tão importante... O que é importante para a sociedade? A sociedade que desemprega pode considerar e julgar as pessoas pelo emprego que elas têm? Se é a sociedade que mais desemprega, como é que vamos valorizar a arte, a cultura, as diversas manifestações, o estudo?

O Promotor colocou muito bem a questão. Estamos convencidos! Este Brasil não vai construir um novo modelo econômico, se não investir na educação. E aí nós temos que fazer um grande movimento para aumentar o percentual de investimento na educação. Países mais pobres investem muito mais. O Brasil só investe 7% do PIB na educação. Então, é impossível mudar a realidade deste País. Se em todos os nossos debates estão educação e trabalho associados, como é que não vamos aumentar a qualidade da nossa educação?

Lembrando aqui, teve um exame agora, avaliação dos estudantes de 1ª a 4ª séries, e o Governo anterior colocou quase 100% de estudantes na escola, 95%. Mas agora, na avaliação de 1ª a 4ª séries, 56% dos estudantes não sabem escrever nem um bilhete, como “Mamãe, fui ao supermercado”. Mas não vamos discutir a qualidade. Então, eu acho que são essas questões.

Alguém falou do protagonismo juvenil. Isso também temos que debater. Qual protagonismo? Muitas vezes tem ONG aí discutindo protagonismo cívico, por exemplo, querendo enquadrar o jovem. O jovem tem que ter liberdade para inventar o seu futuro. Ele tem que construir o seu futuro. O jovem é um agente, um sujeito. Muitas vezes quem elabora o programa da juventude esquece de ouvir os jovens, e várias pessoas colocaram aqui muito bem. Então, trazer os jovens para esse debate, construir com eles as políticas, eu acho importantíssimo.

O Ministério do Trabalho estará organizando conferências, e a Comissão Especial estará organizando audiências públicas nos Estados. Então, eu acho que a Assembléia Legislativa, com a Associação da Juventude Mato-grossense, deve organizar aqui, porque aprovamos o requerimento para fazer aqui em Cuiabá. Vai acontecer em três capitais. Eu acho fundamental, se bem elaborada, fazer um diagnóstico para construirmos o plano nacional que represente toda juventude do Brasil, que tenha um diagnóstico, que tenha um retrato da juventude, senão vamos errar nas proposições.

Só para encerrar aqui, esse projeto é prioritário do Governo. O dinheiro sai do Governo Nacional, e o código é FF-330. O que significa? Que o dinheiro saiu do superávit primário. É um projeto de extrema importância para o Governo Federal e para a juventude brasileira.

A questão do microcrédito, quem começou a estudar isso foi o Mamede Hames, do Banco do Povo da Indonésia, em Bangladesh, que dizia que quem procura microcrédito é porque não existe nenhuma porta mais aberta para isso, nenhuma, ele está nas mãos dos agiotas, que empresta duzentos reais, ele paga quarenta, 10% de juros todo mês, ele não consegue pagar nem cem reais. O trabalhador que pega duzentos reais emprestado com agiotas nunca consegue sair do agiota, paga a vida inteira, igual a dívida do Brasil.

Então, quem tem a oportunidade do microcrédito fica tão satisfeito, porque não é uma tomada de toma lá e paga o empréstimo, é uma oportunidade de inclusão social. Há vários tipos de aval. Há alguns que foram implementados no país, como o aval solidário, em que o grupo é cúmplice na dívida. Então, todos pagam juntos, aval cruzado, aval de grupo, solidário, de três a cinco empréstimos da mesma comunidade, em que a avaliação para emprestar fica a contento dele, da comunidade, do caráter, da coletividade. Tem sucesso e a inadimplência é menos de 1%.

A inadimplência dos bancos tradicionais, que pedem para até a mãe, pai, avô assinarem, e não sei quantos imóveis, é de 25%. Então, é uma alternativa. E sem aval, nós votamos lá também para o microcrédito quatro bilhões para o dinheiro ser emprestado sem aval, sem fiador, é

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

fundamental, porque microcrédito é inclusão, é uma nova oportunidade, é uma porta que se abre, e a pessoa costuma aproveitar muito bem isso, principalmente se for permitido um novo empréstimo e se for efetuado o pagamento.

Então, eu acho que o País está mudando. As tentativas e as ações são para construir um novo modelo de desenvolvimento econômico, porque a economia brasileira sempre cresceu. Em vários momentos da história teve crescimento. Mas eliminou a pobreza? Distribuiu renda? E hoje quanto mais cresce esse modelo de automação no mundo do trabalho, aumenta a renda, mas não aumenta o emprego. Nós vamos construir uma nova base para desenvolver este País, e aí é radicalizar na participação social, na cidadania, aumentar o consumo de mercado interno, fazer uma nova sociedade de consumidores de massa, repartir essa renda, fazer o que o Governo sinalizou tanto na reforma previdenciária, está sinalizada na reforma tributária, fez no Primeiro Emprego, no microcrédito e em várias ações. E vai com certeza unificar as políticas sociais do Brasil e vai dar uma renda mínima para as famílias, principalmente àquelas famílias mais excluídas. E com certeza essa renda somada às aposentadorias especiais de um salário mínimo faz a diferença nos 5.561 Municípios deste País. Então, é essa a tentativa de se conseguir um novo modelo.

Quero dizer que não tenho uma compreensão se o nosso problema maior é decretar a moratória, porque o Brasil já viveu todas as experiências possíveis. Quando se trata de Brasil, tudo o que você pensar, o Brasil inventou. O Brasil já fez de tudo, por isso que não é uma África, por isso que existem essas políticas compensatórias. O Brasil é inventor de tudo. Sempre quando se inventa muito, quando se faz um abuso, paga-se lá na frente, e quem paga os abusos é o povo pobre.

Se decretarmos moratória e este País perder o capital tecnológico, quase todas as fábricas do Brasil, até uma fábrica de bala, importam tecnologia para produzir isso, afetará a nossa produtividade interna, e quem pagará será o pobre. Se decretar a moratória lá na frente, quem pagará será o pobre. Foi assim nas moratórias do Sarney, e sempre será assim. Então, eu acredito... Eu também não concordo. Tem que ter um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas tem que tomar cuidado, porque qualquer coisa na nossa vida de abuso, nós temos que rever lá na frente. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaria de agradecer, primeiro, todos os funcionários da Assembléia Legislativa que contribuíram para a realização desta Audiência Pública. Para vocês terem uma idéia, elas já me acompanharam na Audiência Pública da manhã, sobre a educação, estão aqui e ainda vão para o plenário.

Quero agradecer a minha assessoria, carinhosamente o Deputado Reginaldo Lopes, que se dispôs a estar conosco nessa tarde, o Alessandro Leon, o Carlos Caetano, da SETEC, o Gilberto, do SENAI, mais uma vez, muito obrigada, a professora que está aqui conosco, os alunos, a Aidê, da Secretaria de Educação, todas as entidades, o Sr. João Ricardo, da AME, a Rúbia, pelo Conselho de Juventude, o Geremias, da CUT, a nossa Vereadora, o Vereador José Antônio, todos vocês, cidadãos, cidadãs. Muito obrigado, Gilberto, pelo boné que eu ganhei. É só meu, não dou para ninguém, não empresto. Muito obrigada a todo mundo. E mais uma vez, nós vamos para a Sessão. E quem é do Partido dos Trabalhadores, às 09:30 horas, na sede.

Nós estamos à disposição de vocês para os debates, para articularmos a saída, Rúbia, e levar uma moçada das entidades para esse encontro lá nos dias 23 a 25 para nos fazermos presentes. Muito obrigada. Um abraço.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1.394/03 -  
PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA  
02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

---

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rossana Valéria Guerra;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa.